



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
Câmpus Pau dos Ferros
BR 226, Km 405, São Geraldo CEP 59900-000 – Tel.: 84 9178 1549 – Pau dos Ferros-RN

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Centro (CC) no Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF), convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes, de modo remoto, à **8ª Reunião Ordinária de 2021**, com data e horário abaixo discriminados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre ata da 7ª Reunião Ordinária de 2021 no CC / CMPF;
2. Apreciação e deliberação sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito - Campus Pau dos Ferros;
3. Apreciação da pauta da 8ª Reunião Ordinária de 2021 no CONSEPE;
4. Informes e outras ocorrências.

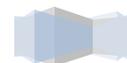
Data: 22 de setembro de 2021 (quarta-feira)

Horário: 08h30min às 10h00min

Local: Remotamente

Pau dos Ferros/RN, 16 de setembro de 2021.

Reudismam Rolim de Sousa
Presidente





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
BR 226, KM 405, s/n, São Geraldo - Pau dos Ferros/RN

Telefone: (84) 3317-8512 e-mail: cmpf@ufersa.edu.br, campuspaudosferros@ufersa.edu.br

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E UM NO CONSELHO DE CENTRO (CC) NO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS (CMPF) DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA).

1 Às catorze horas e trinta minutos de quarta-feira, dezoito de agosto de dois mil e vinte e um, e
2 de modo remoto, o professor **Reudismam Rolim de Sousa**, Diretor no CMPF, e, Presidente neste
3 CC, inicia a Sétima Reunião Ordinária de 2021 no CC/CMPF da UFERSA. Presentes, virtualmente,
4 os coordenadores de curso: **Cecilio Martins de Sousa Neto, Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho,**
5 **Pedro Thiago Valério de Souza, Rafaela Santana Balbi, Samara Martins Nascimento, Sanderlir**
6 **Silva Dias, Wesley de Oliveira Santos**, os chefes de departamento: **Eduardo Raimundo Dias**
7 **Nunes (DCSAH), Glaydson Francisco Barros de Oliveira (DECEN), Vinícius Samuel Valério de**
8 **Souza (DETEC)**, os representantes docentes: **Monique Lessa Vieira Olímpio (DCSAH), Antonio**
9 **Diego Silva Farias (DECEN), Veronica Maria Lima Silva (DETEC)**, a representante discente: **Maria**
10 **Vitória Freire de Souza Bezerra**, a representante técnico-administrativa: **Priscila Simeia de Melo**
11 **Teixeira**. Ausência justificada: *Emanuelle Fernandes Primo Oliveira*. **PAUTA: primeiro ponto**
12 **Apreciação e deliberação sobre ata da 6ª Reunião Ordinária de 2021 no CC / CMPF; segundo**
13 **ponto** Apreciação e deliberação sobre renovação de afastamento do servidor docente *Jose*
14 *Daniel Jales Silva* conforme processo 23091.003543/2020-74; **terceiro ponto** Apreciação e
15 deliberação sobre solicitação de espaço físico do Campus, ao grupo de professores da
16 Matemática, para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; **quarto ponto**
17 **Apreciação da pauta da 7ª Reunião Ordinária (RO) de 2021 no CONSEPE; quinto ponto** Informes
18 e outras ocorrências. Constatado o *quórum* virtual, o presidente saúda a todos e, apresenta a
19 justificativa de ausência, a qual foi aprovada por unanimidade e sem abstenção. Na sequência,
20 realiza a leitura da pauta, a coloca em discussão. O DETEC e o DCSAH apresentam a proposta de
21 exclusão do terceiro, ao ser colocada em votação o ponto é excluído com votos unânimes
22 favoráveis e seis abstenções. Na sequência é aprovada por unanimidade e com duas abstenções,
23 a inclusão do que passa a ser **terceiro ponto**: Apreciação e deliberação sobre afastamento do
24 professor *Otávio Paulino Lavor*. Dessa maneira, a pauta como um todo é aprovada por
25 unanimidade e sem abstenção. No **primeiro ponto** a ata da 6ª Reunião Extraordinária de 2021
26 no CC / CMPF é aprovada por unanimidade, com três abstenções e com ressalvas. No **segundo**
27 **ponto** a renovação de afastamento do professor *Jose Daniel Jales Silva* é aprovada por
28 unanimidade e sem abstenção. Durante o **terceiro ponto** o afastamento do professor *Otávio*
29 *Paulino Lavor* é aprovado por unanimidade e com uma abstenção. No **quarto ponto** algumas
30 colocações para o posicionamento do representante do CMPF no CONSEPE são apresentadas.
31 No **quinto ponto** as informações referem-se à reunião da PROGRAD com os chefes,
32 coordenadores e diretores, EPIs – especificidades, consulta sobre as características do ensino
33 remoto - para definir especificidades que devem ser levantadas pelo setor de Segurança do
34 Trabalho, falta de infraestrutura para o retorno de atividades presenciais (o setor de Segurança
35 do Trabalho não foi consultado pela Gestão Superior), Assembleia de Centro, a existência de
36 algum protocolo de biossegurança a ser seguido, contratos (limpeza, cantina, restaurante,
37 material de ensino). Nada mais a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara, às
38 dezesseis horas e dezessete minutos, encerrada a reunião, para a qual eu, Jonas Firmino Filho,

39 secretário executivo, transcrevi do roteiro e lavro a presente ata, que, após ser lida e aprovada,
40 dato, assino e será referendada pelo presidente. xxx
41 Aprovada em: ___ de _____ de 2021.
42 SECRETÁRIO EXECUTIVO: _____
43 PRESIDENTE: _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
GABINETE DA REITORIA

PORTARIA Nº 538, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 21 de agosto de 2020, publicado na edição extra no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2020, e tendo em vista o que estabelece o inciso XII do artigo 44 do Estatuto da universidade; a Portaria nº 202/2021 – Prograd, de 27 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo especificados para comporem a comissão de criação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, grau bacharelado, do Campus Pau dos Ferros.

I - Rodrigo de Almeida Leite (Presidente);

II - Hudson Palhano de Oliveira Galvão;

III - Raimundo Márcio Ribeiro de Lima; e

IV - Kátia Cilene da Silva Moura.

Art. 2º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para finalizar os trabalhos e encaminhar o Projeto Pedagógico do Curso de Direito à Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data e seus efeitos retroagem a 1º de agosto de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

LUDIMILLA CARVALHO SERAFIM DE OLIVEIRA

Fwd: Projeto Pedagógico do Curso de Direito - Campus Pau dos Ferros

Gabinete da Reitoria <gabinete@ufersa.edu.br>

15 de setembro de 2021 13:40

Para: DCSAH DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - PDF <dcsah@ufersa.edu.br>, Eduardo Raimundo Dias Nunes <eduardo.dias@ufersa.edu.br>, Rafaela Santana Balbi <rafaela.balbi@ufersa.edu.br>, Assessoria Gabinete <assessoria.gabinete@ufersa.edu.br>

Ao senhor Eduardo Raimundo Dias Nunes
Chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – DCSAH / Campus Pau dos Ferros

De ordem, encaminhamos o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO -CAMPUS PAU DOS FERROS, elaborado pela Comissão instituída pela PORTARIA Nº 538, DE 6 DE SETEMBRO DE 2021, a fim de ser analisado e deliberado em Reunião Extraordinária do DCSAH.

Após essa etapa, solicitamos que seja encaminhado ao Conselho do Centro para deliberação.

Esclarecemos que o presente encaminhamento está sendo feito pelo e-mail devido à indisponibilidade temporária da SIPAC.

Ficamos à disposição.

Atenciosamente,
Abigail Gomes

----- Forwarded message -----

De: **Rodrigo Leite** <rodrigoleite@ufersa.edu.br>

Date: qua., 15 de set. de 2021 às 08:01

Subject: Projeto Pedagógico do Curso de Direito - Campus Pau dos Ferros

To: Gabinete da Reitoria <gabinete@ufersa.edu.br>

Ao Gabinete da Reitoria,

Venho através do presente, na condição de Presidente da Comissão estabelecida pela Portaria UFERSA/GAB n. 538, de 6 de setembro de 2021, que objetivou criar comissão para criação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, grau bacharelado, para o Campus Pau dos Ferros, encaminhar o projeto final elaborado pela respectiva comissão.

Informo que o Projeto criado já foi enviado para o Pró-Reitor de Graduação, visando a submissão ao Comitê de Graduação.

Assim, solicito ao Gabinete que proceda com os devidos encaminhamentos, para tramitação e aprovação do Projeto nas instâncias competentes.

Atenciosamente,

Rodrigo Leite
Assessor Técnico do Gabinete da Reitoria
UFERSA
Tel.: 84 - 3317-8224
Ramal: 1729

 **Portaria-no-538-de-6-de-Setembro-de-2021.pdf**
553K

 **PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE DIREITO - PAU DOS FERROS - VERSÃO FINAL COMISSÃO.docx**
364K

 **PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE DIREITO - PAU DOS FERROS - VERSÃO FINAL COMISSÃO.pdf**
2068K



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

CAMPUS PAU DOS FERROS

Mossoró, 2021



Reitora:

Prof.^a Dr.^a Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Roberto Vieira Pordeus

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Dr. Sueldes de Araújo

Diretor do Centro Multidisciplinar de Pau do Ferros

Prof. Dr. Reudismam Rolim de Sousa

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – Pau dos Ferros

Prof. Dr. Eduardo Raimundo Dias Nunes



Comissão Responsável pela Proposta¹

Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Leite

Professor do Curso de Direito da UFERSA
Coordenador da Especialização em Direito Constitucional e Tributário da UFERSA

Prof. Dr. Raimundo Márcio Ribeiro Lima

Procurador Federal da Advocacia Geral da União
Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Prof. Msc. Hudson Palhano de Oliveira Galvão

Professor do Curso de Direito da UFERSA
Vice-Coodenador da Especialização em Direito Constitucional e Tributário da UFERSA

Profa. Dra. Kátia Cilene da Silva Moura

Professora da UFERSA
Pró-Reitora de Graduação Adjunta da UFERSA

¹ Conforme estabelecido pela Portaria UFERSA/GAB n. 538, de 6 de setembro de 2021.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
1.1 HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE	5
1.2. MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL	8
1.3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
1.3.1 Dados da Instituição Proponente	8
1.3.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente	8
1.3.3. Dados do Responsável pelo Projeto	9
1.3.4. Identificação do Curso	9
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CURSO DE DIREITO NA UFRSA	9
2 JUSTIFICATIVA DO CURSO	11
3 OBJETIVOS DO CURSO DE DIREITO	14
3.1 OBJETIVO GERAL	14
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3.2.1. Alinhamento dos Objetivos com o perfil do Egresso do curso	16
3.3. CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS NA ESTRUTURA CURRICULAR	17
4. PERFIL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	17
4.1. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DO CURSO	17
4.2. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	18
5. ESTRUTURA CURRICULAR	20
5.1. REGIME DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO	20
5.2. EIXOS DA FORMAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR	20
5.2.1 Eixos de Formação	20
5.2.2 Estrutura Curricular	22
5.2.3 Ementas, bibliografias básicas e complementares	28
5.2.3.1 Disciplinas Obrigatórias	28
5.2.3.2 Disciplinas Optativas	52
5.2.3.3 Disciplinas de Estágio Supervisionado	80
6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS – NPJ	82
7. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	83
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	83
9. ATIVIDADES DE PESQUISA, EXTENSÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES	84
10. FORMAS DE INTERDISCIPLINARIDADE E DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	85
11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	86
11.1. DA EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	86
11.2. DO PROCESSO DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	87
12. INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA	89
13. AS AÇÕES DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE VISANDO A GARANTIA DOS DIREITOS DE MINORIAS E SUPORTE À PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	90
14. COERÊNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE DIREITO	92
REFERÊNCIAS	94



1. APRESENTAÇÃO

Este documento corresponde ao Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, Campus Pau dos Ferros, descrevendo seus aspectos pedagógicos, políticos e sociais que justificam a oferta do curso e estabelece as estratégias para a formação do profissional que se deseja.

O Projeto está organizado de forma a tornar explícito o perfil do profissional egresso e as ações necessárias para atingir os objetivos desejados. Nele, encontram-se descritos aportes sobre a História da IES e do Curso de Direito da UFRSA no Campus Mossoró, a Justificativa da criação e implantação do Curso de Direito no Campus Pau dos Ferros, os objetivos deste Curso, o perfil do graduando e as competências e as diretrizes do Curso, além dos detalhamentos da Estrutura Curricular.

As formas de interdisciplinaridade e de integração entre teoria e prática, bem como a avaliação e o acompanhamento do projeto se constituem em ferramentas indispensáveis para o êxito do mesmo.

A UFRSA compreende que a oferta do curso de Bacharelado em Direito representa a possibilidade de expansão da Universidade contribuindo para a formação de profissionais do direito com alto nível de competências e habilidades, que poderão exercer as diversas carreiras que o curso proporciona na região do Alto Oeste Potiguar, contribuindo assim para o desenvolvimento da região.

1.1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFRSA origina-se a partir da Lei nº 11.155/2005 de 01 de agosto de 2005, com objetivos de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover atividades de extensão universitária.

A universidade tem mais de onze mil estudantes matriculados, distribuídos em quarenta e cinco cursos de graduação e dezenove programas de pós-graduação. A instituição possui um campus



central na cidade de Mossoró, cuja estrutura física é composta por edificações para fins didáticos, como bibliotecas especializadas; de pesquisas, como laboratórios e espaços de prática; administrativos e residências universitárias masculina e feminina. Ademais, a universidade dispõe de diversas instalações como um museu, um parque botânico, viveiros, uma vila acadêmica, espaços de convivência e alimentação, um posto de atendimento bancário, estações meteorológicas, serviços de reprodução gráfica, um hospital veterinário, dentre outros espaços.

A atuação intrarregional em ensino, pesquisa e extensão da UFERSA foi ampliada em 2008, quando criado o Campus Avançado em Angicos-RN. Tal ampliação decorreu da adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI, lançado pelo Governo Federal para ampliar o acesso à educação de ensino superior através das universidades federais. O campus de Angicos oferta cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Pedagogia.

O processo de ampliação se estendeu para os anos de 2010 e 2012, com a criação de campi nas cidades de Caraúbas e Pau dos Ferros, localizadas na região do Oeste Potiguar. Em Caraúbas, o campus oferta cursos nas Áreas de Ciência Exatas, Engenharias e Letras. O campus de Pau dos Ferros tem atuação nas áreas de Ciências Exatas, Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas. Assim, oportunidades de acesso à universidade foram criadas, ampliando as opções de acesso ao ensino superior dos jovens do semiárido.

A UFERSA iniciou suas atividades na modalidade à distância a partir de 2010, com a criação do Núcleo de Educação à Distância - NEaD. Nele, existe a oferta de cursos de licenciatura em Computação, Física, Matemática e Química. O NEaD conta com oito polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil - UAB, situados nas cidades de Angicos, Caraúbas, Grossos, Guamaré, Luis Gomes, Natal, Pau dos Ferros e São Gonçalo.

Em observação às recomendações do Governo Federal para a educação superior, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido desenvolve, estrategicamente, ações que visam fortalecer socioeconomicamente seu entorno; adotando objetivos e metas que, alicerçados no orçamento disponível, permitam a ampliação do ensino superior com qualidade, o desenvolvimento de pesquisas científicas, bem como a inovação tecnológica com sustentabilidade.

Além disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente contempla estratégias/metasp que visam fortalecer a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, tríade que



capacita os recursos humanos da instituição, melhora as condições de infraestrutura predial administrativa, laboratorial e de salas de aulas, como também a infraestrutura urbana e de comunicação da Universidade.

No que se refere ao ensino de graduação, o número de cursos e o de vagas tem sido ampliado a cada ano, atualizando-se periodicamente os projetos pedagógicos desses cursos, consolidando-se a política de estágios curriculares e aprimorando-se as formas de ingresso e permanência nos cursos de graduação.

Na área de pesquisa e ensino de pós-graduação, como forma de consolidar novos cursos, a UFERSA tem aderido a programas de governo como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, PROCAD, e o Programa Nacional de Pós-Doutorado, PNPd. A instituição busca estimular a participação estudente na pós-graduação, a qualificação docente, a definição de uma política de estágio pós-doutorado, apoio aos comitês de ética em pesquisa; bem como a recuperação e ampliação da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação.

Quanto à sua função extensionista, a UFERSA busca incentivar e apoiar ações que se pautem em elementos como desenvolvimento regional e sustentabilidade, educação ambiental, desenvolvimento de tecnologias sociais, diversidade cultural, inovação tecnológica e economia solidária; implantar o programa institucional de bolsas de extensão, como forma de definir e operacionalizar a política de bolsas de extensão na UFERSA; apoiar atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; realizar convênios com entidades públicas e privadas para concessão de estágios.

Destarte, a UFERSA se configura como importante centro de produção e difusão de conhecimento por meio de suas atividades acadêmicas, reconhecendo-se como universidade pública e de qualidade, cumpridora da missão de contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante a formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.



1.2. MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAL

A missão da UFERSA é: produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região do semiárido brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (PDI 2015-2019).

1.3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.3.1 Dados da Instituição Proponente:

Projeto Pedagógico do Curso	
Instituição Proponente: Universidade Federal Rural do Semi-Árido	
CNPJ: 24529265000140	
Endereço: Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva	
Cidade: Mossoró UF: RN CEP: 59.625-900 Telefone: (84) 3317 8224	

1.3.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente:

Dirigente da Instituição: Prof. Dra. Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira (REITORA)	
Telefone: (84) 3317-8225	E-mail: reitora@ufersa.edu.br / gabinete@ufersa.edu.br



1.3.3. Dados do Responsável pelo Projeto:

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Sueldes de Araújo	
Telefone: (84) 3317-8234	E-mail: prograd@ufersa.edu.br

1.3.4. Identificação do Curso:

Curso: Bacharelado em Direito
Modalidade do Curso: Bacharelado
Habilitação: -
Título Acadêmico Conferido: Bacharel em Direito
Modalidade de Ensino: Presencial
Regime de Matrículas: Crédito
Carga Horária do Curso: 3700 h / 228 CR
Número de vagas anual: 80
Número de turmas: 01 turma por semestre (40 vagas)
Turno de funcionamento: Noturno
Forma de ingresso: SISU, Reingresso, Transferências e Portador de diploma.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CURSO DE DIREITO NA UFERSA

A criação do Curso de Graduação em Direito da UFERSA, no Campus Mossoró, em 2009, refletia a política institucional de expansão da IES, incentivada pelo Programa REUNI do Governo Federal. As condições internas eram favoráveis para a ampliação de cursos no período noturno e o Curso de Direito foi articulado para o fortalecimento da área de Ciências Sociais Aplicadas, já contemplada com o Curso de Administração e o de Ciências Contábeis.



O primeiro PPC de Direito, ao tempo de sua criação, foi elaborado por Comissão instituída por meio de portaria da Reitoria da UFERSA², que buscou inserir na proposta uma estrutura curricular que representasse as necessidades locais e regionais. O enfoque de superar as assimetrias regionais passou a ser um mote dentro da estrutura curricular, com a inclusão de componentes curriculares representativos dessa dinâmica de ensinar-aprender para atender às peculiaridades sociojurídicas da região de Mossoró/RN, no Alto Oeste potiguar.

O curso de Direito no campus Mossoró oferece um total de 11 semestres, sendo o último semestre um diferencial do curso, com disciplinas peculiares como Direito Agrário, Direito do Petróleo e Gás Natural e Biodireito. Contudo, já existe um processo de atualização deste PPC inicial do curso de direito de Mossoró, onde já se postula o curso com apenas 10 semestres, e um curriculum mais flexível para os discentes.

Em termos de demanda, o curso de Direito já formou, aproximadamente, mais de 300 egressos e possui 420 discentes matriculados (PROGRAD, 2020). Nos últimos seis anos (2015-2020), o curso de Direito foi procurado por 21.751 (vinte e um mil, setecentos e cinquenta e um) candidatos no SISU (PROGRAD, 2020).

Na tabela abaixo é possível registrar dados dos últimos 5 anos:

TABELA 1 – DADOS SISU 2015/2020

SEMESTRES	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	2018.1	2018.2	2019	2020
INSCRITOS	1403	3549	2440	2781	1352	3687	1291	1915	1334	1196
VAGAS	40	40	40	40	40	40	40	40	80	80
CONCORRÊNCIA	35,075	88,725	61	69,525	33,8	92,175	32,275	47,875	16,675	14,95
MATRICULADOS NO SEMESTRE	371	392	381	398	396	400	403	417	440	439

Fonte: Proposta de Novo PPC do Curso de Direito UFERSA – Mossoró - PROGRAD, 2020.

² Os responsáveis pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso foram os professores Dr. Antônio Jorge Soares (UFERSA), Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura (UFERSA), Maria do Carmo Dias de Almeida (UFRN) e Maria Carmozi de Souza Gomes (UFRN).



Os dados permitem registrar que o Curso de Direito no Campus Mossoró possui uma elevada concorrência, sobretudo por estar localizado em uma região do interior do semiárido brasileiro. Essa multiplicidade de candidatos, que representam diversas regiões do país, impõe um nível de pluralidade de abordagens na relação de ensino-aprendizagem e na própria consolidação do perfil do egresso, o que é um indicativo da sua qualidade.

Nestes 10 anos de existência, o Curso de Direito do Campus Mossoró tem se notabilizado com um elevado índice de aprovação dos discentes em exames da Ordem dos Advogados do Brasil, além de seus egressos atuarem, também, em instituições públicas e privadas.

O curso de Direito de Mossoró também foi beneficiado com um DINTER em Direito entre a Universidade de Brasília e a UFERSA (2015-2019), contribuindo para que, atualmente, mais de 80% de seu corpo docente possuam o título de Doutor.

Ressalta-se ainda como evolução do curso, a criação da Revista Jurídica da UFERSA³ e a abertura do Mestrado em Direito, que tem contribuído para o destaque da UFERSA no âmbito jurídico.

Neste contexto, é perceptível a evolução do curso no campus de Mossoró e, dada a demanda pela oferta também em Pau dos Ferros, todo o know how desenvolvido ao longo de 11 anos de implantação será utilizado como expertise para o novo curso em Pau dos Ferros.

2 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Pau dos Ferros é a principal cidade do Alto Oeste Potiguar, com população estimada de 30.802 habitantes (IBGE, 2010)⁴. O Alto Oeste Potiguar é uma região do estado do Rio Grande do Norte, localizada na mesorregião do Oeste Potiguar, Região Nordeste do Brasil. Frise-se que nesta região, não há nenhum curso de Direito oferecido por uma IES pública.

Sobre a cidade de Pau dos Ferros, Dantas, Clementino e França (2015) elaboraram um estudo que mostram que a cidade assume as funções de uma “cidade média, especialmente no que se refere à oferta de serviços de educação e trabalho no interior da ‘rede urbana nordestina

³ Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/rejur>. Acesso em: 24 ago. 2020.

⁴ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/pau-dos-ferros.html>



interiorizada’, em especial na raia divisória RN-PB-CE”. Este status é ressaltado pelo fato de que sua localização (fronteiriça e no cruzamento das BR-405 com a BR-226) reforça a sua influência no desenvolvimento regional, que se expande através da oferta de serviços públicos, “em especial educação de nível superior e saúde, e reforça suas funções urbanas, com a ampliação de sua área de influencia para além dos limites do Rio Grande do Norte. É comum tratar Pau dos Ferros como uma ‘cidade de fronteira’ ou ‘cidade fronteiriça’”.

Neste estudo, Dantas, Clementino e França (2015) estabeleceram uma Raia Divisória entre Rio Grande do Norte-Paraíba-Ceará, que foi composta pelos municípios que são ‘cortados’ pelas rodovias federais que perpassam o interior dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará (BR-405, BR-226, BR-230 e BR-116) e/ou que estão no interior do ‘retângulo’ formado pelo encontro dessas rodovias, estando Pau dos Ferros localizado no interior desse retângulo, mais precisamente na intersecção das BR-405 e BR-226, o que permite a cidade constituir-se num entroncamento de vias de circulação e nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações, mercadorias e serviços.

Entre os critérios utilizados para selecionar as cidades sob as quais Pau dos Ferros exerce influência, estão os municípios localizados num raio de 100 km formado a partir da sede do município de Pau dos Ferros. A partir da utilização dos critérios, a área de estudo passou a ser composta por Pau dos Ferros, e, 55 municípios (42 no Rio Grande do Norte, 09 na Paraíba e 04 no Ceará). Somadas as populações desses municípios, inclusive Pau dos Ferros, tínhamos em 2010, nessa área, 440.877 habitantes, dos quais 281.890 (63,94%) residiam na área urbana (IBGE, 2010) (Dantas, Clementino e França, 2015).

Dantas, Clementino e França, (2015) então ressaltam que a ampliação da oferta dos serviços de educação de nível superior e saúde tanto no âmbito público como privado, “bem como a diversidade do comércio tem atraído pessoas de outros municípios e da área rural em busca de emprego urbano, o que aumentou a mobilidade pendular de pessoas para Pau dos Ferros”. Assim, a cidade atua como centro de serviços que atrai estudantes e trabalhadores de uma quantidade significativa de municípios, o que acentua seu papel de intermediação para além do Alto Oeste Potiguar.

Dentro do âmbito jurídico, a cidade de Pau dos Ferros dispõe atualmente de uma Faculdade particular (Faculdade Evolução), com a oferta do curso de Direito, mas sem instituições públicas com o curso. Os cursos de Direito em Instituições públicas de ensino mais próximos estão em Souza-PB (100



km de distância), Mossoró-RN (140 km) e Caicó-RN (160 Km).

Com a autorização do curso ora proposto, a infraestrutura física da UFERSA – Campus Pau dos Ferros pode atender a oferta do curso. O curso seria alocado no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas do Campus Multidisciplinar de Pau dos Ferros.

O Campus de Pau dos Ferros possui condições favoráveis para a oferta do curso de Direito com 40 vagas semestrais no período noturno, com a existência de salas de aula com capacidade média para 50 (cinquenta) alunos, equipadas com mobiliário e material didático e de projeção multimídia, além de auditório. Conta ainda com biblioteca própria e prédio administrativo e salas para os professores.

Note-se que como os concursos para docentes do curso de Direito da UFERSA de Mossoró exigem o mínimo o grau de doutor (excepcionalmente com grau de mestre), além de regime de dedicação exclusiva, esta fórmula pode ser seguida para o curso de Direito de Pau dos Ferros, o que poderá dotar o curso de condições altamente favoráveis à implantação do Projeto e copiar o sucesso que tem sido obtido com o curso no Campus Mossoró.

Além das condições favoráveis internas da UFERSA, o Curso proposto conta com forte apoio institucional da comunidade jurídica que integra os órgãos do Poder Judiciário da cidade, tais como Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Defensoria Pública do Estado, Justiça Estadual, Ministério Público do Estado, Tribunal Regional do Trabalho, OAB/RN, entre outros.

Ademais, com o Núcleo de Práticas Jurídicas que será obrigatoriamente criado, a população da cidade de Pau dos Ferros e região passarão a ter um órgão que realiza ao público hipossuficiente economicamente atividades como: encaminhamentos aos órgãos de Assistência Social, Ministério Público, Conselho Tutelar, órgãos do SUS, Cartórios, entre outros; Resolução extrajudicial de conflitos, através de audiências para conciliação, com mediação de acadêmicos de Direito, Assistente Social e professores-advogados; Judicialização de demandas e defesas judiciais em processos perante os órgãos do Judiciário. Ressalte-se que convênios prévios podem ser realizados entre a UFERSA e os órgãos acima citados para a oferta de estágios, assim como para a realização de outras atividades e parcerias, a exemplo do que ocorre com o curso de Direito de Mossoró.



Assim, tendo em vista a característica de cidade polo de Pau dos Ferros, com forte demanda econômica na área de comércio e serviços, que possui influência atrativa em 55 municípios (42 no Rio Grande do Norte, 09 na Paraíba e 04 no Ceará), cujas populações somam aproximadamente 440 mil habitantes, bem como a inexistência de um Curso de Direito em uma Instituição Pública de Ensino em um raio de 100 km, a proposta da criação de um Curso de Direito da UFERSA no Campus Pau dos Ferros poderá auxiliar o acesso à justiça da população, bem como fortalecer a proteção de direitos fundamentais, formando profissionais capacitados para atuar em órgãos públicos e instituições particulares, assim como exercerem a atividade de advocacia privada.

3 OBJETIVOS DO CURSO DE DIREITO

O curso de Direito da UFERSA Campus Pau dos Ferros pauta suas ações de maneira a promover os objetivos propostos pelas Diretrizes para Formação de Bacharel em Direito. Assim, conceber e organizar um curso de formação de Bacharel em Direito implica definir o conjunto de competências necessárias para atuação profissional e tomá-las como norteadoras do tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

3.1 OBJETIVO GERAL

Tem-se como objetivo geral, para o curso de Direito, a estrutura do Curso respaldada numa formação que viabilize a aquisição de uma série de competências e habilidades pelos acadêmicos, proporcionando uma relação de ensino-aprendizagem que atenda a construção da autonomia, através dos pilares do conhecimento: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

Assim, o conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização do Curso de Direito do Campus Pau dos Ferros, visam a formação de profissionais, com sólidos conhecimentos para o exercício da profissão, alinhados sobretudo, o desvelo, aos interesses regionais.

Desta forma, o Curso de Direito do Campus Pau dos Ferros tem por objetivo geral a formação de profissionais pluralistas, sem olvidar do aprendizado específico para solução das contendas envolvendo as áreas agrárias, ambientais, empresariais, previdenciárias e administrativas, requeridas pela sociedade desta região. Toda essa formação, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, visando a atender às



demandas da sociedade local e regional.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A formação humanista, reflexiva, crítica, técnico jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- Atentar para a atualização dos elementos desenvolvidos pela reflexão científica, mediante seminários, conferências nacionais, provimentos e proposições, acerca da produção de conhecimentos jurídicos e de seu ensino, como condição para identificar novos processos de criação do Direito e de uma mentalidade apta a captar as múltiplas e não redutoras expressões da justiça, da legitimidade, da equidade, da ética, da igualdade e da liberdade;
- Conduta ética associada a responsabilidade social e profissional;
- Imprimir ao curso linhas de pensamento que sejam precisas, claras e plurais, de modo a permitir atitudes de intervenção e manifestação perante os grandes problemas da atualidade e, conseqüentemente, indicar soluções inovadoras e mediações eficazes para os novos conflitos e problemas sociais;
- Identificar, na experiência da ação social coletiva dos movimentos sociais, sujeitos coletivos capazes de definir novos espaços sociais, criar direitos e construir práticas de cidadania;
- Assumir a possibilidade do uso político-jurídico da tecnologia para a configuração de postulações e entendimentos jurisprudenciais;
- Introduzir, na dimensão técnica da formação jurídica, o tratamento interdisciplinar dos conceitos e de sua contextualização nos estudos da dogmática jurídica, do desempenho pedagógico, da qualificação docente e da pesquisa;
- Acentuar o papel da especialização como exercício de pensamento e práticas sistemáticas, orientando-o para cumprir funções de aprofundamento de respostas técnicas, axiológicas e epistemológicas às necessidades que o mundo expressa perante o Direito e às



necessidades que o Direito apresenta para compor a complexidade do mundo;

- Estudos das Ciências Jurídicas nas diversas formas de realidade em que se revela, preparando o aluno para atuar como: advogado, juiz de direito, promotor de justiça, defensor, procurador, delegado, assessor jurídico, conciliador, mediador, árbitro, nas atividades correlatas às funções essenciais a Justiça, bem como atuar na dimensão da administração pública e educação em diversas áreas da docência.
- Pretende trabalhar um profissional apto a compor conflitos de forma alternativa visando a desobstrução dos canais tradicionais de resolução de lides;
- Discutir com frequência, os temas vivenciados pela sociedade da região, disseminando compreensão jurídica para solução de controvérsias judiciais e extrajudiciais, incluindo-se aquelas afetas às áreas empresarial, administrativa, agrária, ambiental e de agronegócio.

3.2.1. Alinhamento dos Objetivos com o perfil do Egresso do curso

O curso de graduação em Direito do Campus Pau dos Ferros tem como objetivo geral formar um profissional com uma formação sólida, humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Para tanto, busca-se formar um profissional que possua habilidades e competências adequadas a formação técnico-jurídica e científica, bem como o desenvolvimento de estratégias de ação para possibilitar que se faça justiça, utilizando, quando possível, dos meios alternativos de solução de conflitos, contribuindo para a efetivação das decisões judiciais às demandas identificadas de mutações na sociedade brasileira e, em particular, na região onde atue como operador do Direito, no sentido de reconhecer e atender às especificidades culturais regionais e os problemas peculiares de cada comunidade.



3.3. CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS NA ESTRUTURA CURRICULAR

O curso dedica especial ênfase a seus objetivos por meio de uma matriz curricular que contempla em seu bojo disciplinas voltadas para demandas regionais, como é o caso do Direito Ambiental, Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos, Direitos Humanos, Direito Empresarial, Direito Tributário e Direito Financeiro, Direito Econômico e do Consumidor, Direito Civil, Direito do Trabalho e Conciliação, Mediação e Arbitragem. O contato com essas demandas e das casuísticas que lhes são inerentes ocorre nas atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo curso de Direito.

Além das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, também são oferecidas aos alunos disciplinas optativas como forma de flexibilizar a formação acadêmica dos seus discentes, permitir a liberdade de escolha, fomentar a sensação de pertencimento ao ambiente universitário e contribuição para a ampliação das possibilidades de aptidões, além de outros aspectos positivos. As disciplinas optativas permitem o desenvolvimento de competências e habilidades por meio da experiência em áreas atrativas e multidisciplinares.

Assim sendo, a estrutura do curso foca numa formação que viabilize a aquisição de uma série de competências e habilidades pelos acadêmicos, bacharéis em Direito, sob o enfoque de que este deve dominar os conhecimentos científicos e conceitos básicos, indispensáveis para que possa desempenhar com qualidade, competência, responsabilidade e ética em todas as funções que sua profissão venha a exigir, na esfera preventiva e repressiva.

4 PERFIL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

4.1. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DO CURSO

As diretrizes curriculares e os projetos pedagógicos orientam os currículos dos cursos de graduação mantidos pela UFERSA para um perfil acadêmico descrito para os egressos. Esses currículos contribuem também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas regionais e nacionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.



O perfil desejado para o egresso dos cursos mantidos pela UFERSA supõe formação em conteúdos profissionais essenciais e profissionais específicos, mas também espera uma formação humanista, crítica e reflexiva, que o torne apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação.

O egresso deve ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos e da economia. Ainda, deve ter capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais para identificação e resolução de problemas.

O curso de Direito visa a formação de profissional dotado de sólida formação geral, humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Além disso, visa a formação do profissional qualificado com competência para atender as necessidades regionais que versam sobre questões administrativas, empresariais, agrárias, ambientais e agronegócios.

4.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O profissional egresso do curso deverá apresentar as seguintes competências:

- leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito;
- pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;



- adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- equacionar os problemas em harmonia com as exigências sociais, inclusive mediante emprego de meios extrajudiciais de prevenção e resolução de conflitos individuais e coletivos, desenvolvendo técnica de mediação e arbitragem para composição de conflitos;
- julgamento e tomada de decisões;
- domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
- Habilidades utilização de diversas formas de resolução de conflitos, principalmente utilizando-se da conciliação, mediação e arbitragem.

Para que o bacharel seja formado com este perfil, é necessário que ele adquira competências e habilidades que abranjam as dimensões político-sociais, ético-moral, técnico-profissional e científica. Além dos conhecimentos específicos para sua atuação profissional, tem que apropriar-se de uma condição de autonomia que lhe permita não só identificar, mas também racionalizar e equacionar as situações que vivenciará no seu cotidiano. Fica então evidente que essas competências não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, mas a partir de experiências de interação teoria-prática.

No contexto local e regional, há uma necessidade precípua de atender as demandas de contendas na área do comércio e de serviços (direito empresarial), bem como da área ambiental e agronegócio, não se olvidando das áreas tradicionais do direito que sempre possuem demandas, como por exemplo, o direito penal, trabalhista, civil e administrativo. Além destas questões, deve-se atenção também às desigualdades sociais e proteção às minorias e vulneráveis.

Desta forma, o curso de Direito do Campus Pau dos Ferros visa incluir, dentre as suas práticas pedagógicas, atividades que desenvolvam no corpo discente valores humanitários e que proporcionem o bem estar social, para que se tornem profissionais comprometidos em reduzir as desigualdades



sociais, bem como a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, contribuindo na construção de uma sociedade democrática que promova a afirmação das diversidades e a proteção das minorias e vulneráveis.

Para tanto, serão consideradas estratégias de ensino que valorizem o protagonismo discente de forma a possibilitar uma formação profissional que revele competências cognitivas, instrumentais e interpessoais de relevo ao profissional da área jurídica.

5. ESTRUTURA CURRICULAR

5.1. REGIME DE OFERTA, CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

O Curso de Graduação em Direito, bacharelado, funcionará em regime semestral de créditos com matrícula por disciplinas, no turno noturno, com 40 vagas iniciais por semestre e com carga horária total de 3.700 horas, assim distribuídas: 2.760 horas em 184 créditos nas disciplinas obrigatórias; 300 horas para as disciplinas optativas, perfazendo um total de 20 créditos; 240 horas de Estágio Supervisionado em 16 créditos; 120 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com 08 créditos, e 280 horas de Atividades Complementares.

O aluno terá o tempo mínimo de 10 semestres e o máximo de 16 semestres para efetuar a integralização curricular do Curso. Para controle da efetivação curricular, a UFERSA adota o sistema de créditos, em que cada unidade (crédito) corresponde a 15 (quinze) horas de atividades equivalentes, possibilitando ao aluno a liberdade de escolha, no ato de matrícula, de disciplinas a serem cursadas a cada semestre letivo, respeitadas as normas estabelecidas.

5.2. EIXOS DA FORMAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR

5.2.1. Eixos de Formação

Os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos nas disciplinas e atividades integram os três eixos da formação do bacharel em Direito: o eixo de formação fundamental, o eixo de formação profissional e o eixo de formação prática. A estrutura curricular está organizada observando-se a sequência lógica e complexa do ordenamento jurídico, para uma formação sólida do bacharel em Direito, com o perfil e as competências e habilidades mencionadas.



As disciplinas e atividades que compõem o eixo dos conteúdos dos fundamentos contemplam uma formação humanística compatível com as exigências de um profissional da área jurídica, em sintonia com os problemas da sociedade contemporânea, neste início de século.

A definição das disciplinas e atividades que compõem o eixo da formação profissional foi organizada de forma a não permitir a superposição de conteúdos, o excesso de carga horária e a inconsistência da indicação ou omissão de disciplinas como pré-requisitos. Tanto as disciplinas como as atividades profissionalizantes foram distribuídas de acordo com a compatibilidade entre os conteúdos e os conhecimentos adquiridos nos semestres anteriores, de forma a garantir a racionalização do tempo, a interdisciplinaridade entre teoria e prática, o estudo e o aprofundamento dos conhecimentos.

O eixo da formação prática se constitui, em essência, no processo da articulação e da ligação entre os conhecimentos dos eixos fundamental e profissional. Tanto as disciplinas como as atividades devem proporcionar possibilidades e alternativas concretas de reflexão e ação, ou seja, um exercício constante de relacionamento entre a teoria estudada com a prática e a realidade vivenciada.

No conjunto das disciplinas optativas, procurou-se relacionar aquelas que possibilitam a consolidação do conhecimento específico de uma área, assim como, as disciplinas que tratam de temas relacionados às questões sociais, aos problemas e anseios do homem na sociedade contemporânea. Para cursarem essas disciplinas os alunos devem ser orientados por professores designados pelo Colegiado do Curso, a fim de que esse estudo contribua para a formação de profissionais-cidadãos, com habilidades técnico-jurídicas e consciência do papel que desempenham na sociedade.



5.2.2 Estrutura Curricular⁵

1º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Introdução à Ciência do Direito	60	04	-	300
Ciência Política	60	04	-	
Fundamentos da Antropologia e da Sociologia	60	04	-	
Economia Política	60	04	-	
História do Direito	60	04	-	

2º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Hermenêutica Jurídica	60	04	Introd. à Ciência do Dir.	300
Direito Civil – Parte Geral	60	04	Introd. à Ciência do Dir.	
Sociologia Jurídica	60	04	Fund. da Antropologia e da Sociologia	
Filosofia Geral e Jurídica	60	04	-	
Direito Constitucional I	60	04	Ciência Política	

3º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Direito das Obrigações	60	04	Direito Civil – Parte Geral	300
Direito Penal I	60	04	Introd. à Ciência do Dir.	
Direito Constitucional II	60	04	Direito Constitucional I	
Teoria Geral do Processo	60	04	-	
Metodologia da Pesquisa Jurídica	60	04	-	

⁵ Parte das disciplinas obrigatórias aqui elencadas fazem parte da proposta de reformulação do PPC do Curso de Direito da UFERSA de Mossoró, apresentada pela Comissão Constituída pela Portaria UFERSA/PROGRAD n. 153, de 14 de outubro de 2019 (com prazo sucessivamente renovado pela Portaria UFERSA/PROGRAD n. 030, de 03 de março de 2020, e pela Portaria UFERSA/PROGRAD n. 083, de 29 de junho de 2020), que atualmente está em fase final de tramitação perante o Colegiado do Curso.



4º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Direito dos Contratos	60	04	Dir. das Obrigações	300
Direito Penal II	60	04	Direito Penal I	
Direito Internacional Público	60	04	Dir. Constitucional II	
Direito Processual Civil I	60	04	Teoria Geral do Processo	
Direito Administrativo I	60	04	Direito Constitucional I	

5º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Direito das Coisas	60	04	Direito das Obrigações	300
Direito Penal III	60	04	Direito Penal II	
Direito Processual Civil II	60	04	Dir. Processual Civil I	
Direito Administrativo II	60	04	Dir. Administrativo I	
Direito Ambiental	60	04	Direito Constitucional II	

6º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Direito de Família	60	04	Direito Civil – Parte Geral	360
Direito Penal IV	60	04	Direito Penal II	
Direito Processual Civil III	60	04	Dir. Processual Civil II	
Direito Processual Penal I	60	04	Teoria Geral do Processo	
Direito do Trabalho I	60	04	Direito Constitucional I	
Disciplina Optativa	30	02	-	
Disciplina Optativa	30	02	-	



7º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Direito das Sucessões	60	04	Direito de Família	420
Direito Processual Civil IV	60	04	Dir. Processual Civil II	
Direito Processual Penal II	60	04	Dir. Processual Penal I	
Direito do Trabalho II	60	04	Direito do Trabalho I	
Direito Empresarial I	60	04	Direito das Obrigações	
Disciplina Optativa	60	04	-	
Estágio Supervisionado I	60	04	Direito Processual Civil III e Direito de Família	

8º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Responsabilidade Civil	60	04	Direito dos Contratos	420
Direito Processual do Trabalho	60	04	Dir. Processual Civil II	
Direito Empresarial II	60	04	Direito das Obrigações	
Direito Processual Constitucional	30	02	Direito Constitucional II	
Ética Profissional	30	02	Filosofia Geral e Jurídica	
Direito Tributário	60	04	Direito Empresarial I	
Disciplina Optativa	60	04	-	
Estágio Supervisionado II	60	04	Estágio Supervisionado I	

9º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Direito Digital	60	04	Direito dos Contratos	420
Direito Processual Tributário	60	04	Direito Tributário	
Direito do Consumidor	60	04	Responsabilidade Civil	
Trabalho de Conclusão do Curso I	60	04	Metodologia da Pesquisa Jurídica	



Direito da Seguridade Social	60	04	Dir. Constitucional II, Direito Tributário e Direito do Trabalho II
Disciplina Optativa	60	04	-
Estágio Supervisionado III	60	04	Estágio Supervisionado II

10º PERÍODO

DISCIPLINA	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Trabalho de Conclusão do Curso II	60	04	Trabalho de Conclusão do Curso I	300
Meios Consensuais de Resolução de Conflitos	60	04	Direito Processual Civil I	
Direitos Humanos	60	04	Direito Constitucional II	
Disciplina Optativa	30	02	-	
Disciplina Optativa	30	02	-	
Estágio Supervisionado IV	60	04	Estágio Supervisionado III	

OUTRAS ATIVIDADES	CH	CR	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL
Atividades Complementares	280	-	-	280

QUADRO RESUMO

ATIVIDADES	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	184	2.760
Disciplinas Optativas	20	300
Estágio Supervisionado	16	240
TCC I e II	08	120
Atividades Complementares	-	280
Total Geral	228	3.700



DISCIPLINAS OPTATIVAS⁶

DISCIPLINA	CH	PRÉ-REQUISITO
Administração e Empreendedorismo	60	-
Análise Econômica do Direito	60	Introdução à Ciência do Direito + Economia Política
Criminalística	60	-
Criminologia	60	Direito Penal I
Direito Agrário	30	Direito Constitucional II
Direito Autoral	30	Direito Civil – Parte Geral
Direito Comunitário	30	Direito Internacional Público
Direito da Concorrência	60	Direito Constitucional II
Direito da Criança e do Adolescente	30	Direito Constitucional II
Direito da Inovação	30	Introdução à Ciência do Direito
Direito da Saúde	30	Direito Constitucional II
Direito das Águas	60	Direito Constitucional II
Direito das Marcas e Patentes	30	Direito Civil – Parte Geral
Direito Desportivo	30	Direito dos Contratos
Direito do Agronegócio	30	Direito dos Contratos
Direito do Comércio Internacional	60	Direito Constitucional I
Direito do Idoso	30	Direito Constitucional I
Direito do Mercado Financeiro e de Capitais	30	Direito Empresarial I
Direito dos Povos Indígenas e Tradicionais	30	Direito Constitucional II
Direito e Bioética	60	-
Direito Econômico e Regulatório	60	Direito Constitucional II
Direito Eleitoral	60	Direito Constitucional I
Direito Financeiro	60	Direito Constitucional II
Direito Imobiliário	60	Direito dos Contratos
Direito Internacional Privado	60	Direito Constitucional I

⁶ Parte das disciplinas optativas aqui elencadas fazem parte da proposta de reformulação do PPC do Curso de Direito da UFERSA de Mossoró, apresentada pela Comissão Constituída pela Portaria UFERSA/PROGRAD n. 153, de 14 de outubro de 2019 (com prazo sucessivamente renovado pela Portaria UFERSA/PROGRAD n. 030, de 03 de março de 2020, e pela Portaria UFERSA/PROGRAD n. 083, de 29 de junho de 2020), que atualmente está em fase final de tramitação perante o Colegiado do Curso.



Direito Marítimo, Portuário e do Mar	60	Direito Empresarial I + Direito Administrativo I
Direito Minerário	30	Direito Constitucional II
Direito Notarial	30	Direito Civil – Parte Geral
Direito Urbanístico	60	Direito Constitucional II
Direitos Culturais	30	Direito Constitucional II
Educação em Direitos Humanos	30	-
Epistemologia da Ciência	60	-
Execução Penal	60	Direito Processual Penal II
História do Constitucionalismo	30	-
História Política Brasileira	60	-
Informática Jurídica	30	-
Juizados Especiais	30	Direito Processual Civil I + Direito Civil – Parte Geral
Libras	60	-
Lógica e Teoria da Argumentação	60	-
Medicina Legal	30	Direito Penal II
Neurodireito	30	-
Políticas Públicas	60	-
Prática Jurídica Contratual	60	Direito dos Contratos
Prática Jurídica Empresarial	60	Direito Empresarial
Psicologia Jurídica	60	-
Tópicos Especiais em Direito Administrativo	30	Direito Administrativo I
Tópicos Especiais em Direito Ambiental	30	Direito Constitucional II
Tópicos Especiais em Direito Civil	30	Teoria Geral do Direito Civil
Tópicos Especiais em Direito Constitucional	30	Direito Constitucional II
Tópicos Especiais em Direito da Energia	30	Direito Constitucional II
Tópicos Especiais em Direito do Trabalho	30	Direito do Trabalho II
Tópicos Especiais em Direito Empresarial	30	Direito Empresarial
Tópicos Especiais em Direito Penal	30	Direito Penal II
Tópicos Especiais em Direito Processual	30	Direito Processual Civil I + Direito Civil – Parte Geral
Tópicos Especiais em Direito Tributário	30	Direito Tributário



5.2.3 Ementas, bibliografias básicas e complementares

5.2.3.1 Disciplinas Obrigatórias

1º. Período:

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Introdução à Ciência do Direito	60h	04
Ementa		
Sociedade e Direito: normatividade social. O Direito como Ciência. As diversas concepções do Direito. Os principais ramos do Direito. Organograma do Poder Judiciário e dos Órgãos Essenciais à Justiça. Ordenamento jurídico. A norma jurídica. Teoria Tridimensional do Direito. Fontes do Direito. Vigência e Eficácia das Leis. Integração das Normas. Conflitos de Leis de Primeiro Grau. Relação jurídica.		
Bibliografia básica		
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito . 27. ed. ver. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2019. DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Interpretada . 19. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao Estudo do Direito . 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018.		
Bibliografia complementar		
MAIA, Mário Sérgio Falcão. Introdução à Ciência do Direito . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. MARTINS, Sérgio Pinto. Introdução ao Estudo do Direito . São Paulo: Saraiva, 2018. NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito . 42. ed. rev. e ampl. São Paulo: Forense, 2019. REALE, Miguel. Lições Preliminares do Direito . 27. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. SANDEL, Michael J. Justiça . O que é fazer a coisa certa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Ciência Política	60h	04
Ementa		
Concepções do pensamento político ao longo da história: Política, Poder, Dominação, Estado, Ideologia, Democracia, Cidadania. Classes sociais, Participação política, movimentos sociais. Legalidade, legitimidade, decisão política. Eleições, Partidos Políticos, Globalização. Estrutura política brasileira.		
Bibliografia básica		
AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (Org.) Sistema Político Brasileiro: uma introdução . São Paulo: Fundação UNESP, 2004. BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. WEFFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política . São Paulo: Ática, 2006. (Vols. I e II).		
Bibliografia complementar		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. CHEVALIER, Jean-Jacques. História do pensamento político . São Paulo: Zahar, 1996 (Tomo II) LEBRUN, Gerard. O que é o poder? São Paulo: Brasiliense, 1981. NOBRE, Marcos; COELHO, Vera Schattan P. (orgs). Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo . São Paulo: Editora 34, 2004. WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações . São Paulo: Cultrix, 2011.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Fundamentos de Antropologia e Sociologia	60h	04
Ementa		
Antropologia: conceito, objeto, desenvolvimento e método. Antropologia e Direito: relações; utilidade teórica da antropologia para o Direito; função social do Direito. Sociologia: conceito, objeto de estudo e particularidades. Essência versus condição humana. Necessidade, liberdade e responsabilidade. Evolução do pensamento sociológico. As principais escolas da sociologia. Formas de organizações sociais. Movimentos sociais e formas de participação. Mudança social e desenvolvimento: adequação do Direito à realidade social.		
Bibliografia básica		
CASTRO, Ana Maria de & DIAS, Edmundo Fernandes (Orgs.) Introdução ao pensamento sociológico . 18. ed. São Paulo: 2005. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a Antropologia . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.		
Bibliografia complementar		
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2007. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Artmed, 2006. HOBBES, Thomas. Leviatã . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia . Brasília: Brasiliense, 2009. MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia . 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Economia Política	60h	04
Ementa		
Origem e evolução da Ciência Econômica. Principais escolas econômicas. Conceito de Economia. Conceito e objeto da Economia Política. Os métodos de investigação na economia. A evolução do pensamento econômico. Noções básicas de microeconomia e macroeconomia. Política, Direito e Economia. Fundamentos políticos das decisões econômicas. Mercado e suas principais estruturas. Economia e comércio internacional. Globalização. Crescimento e desenvolvimento econômico. Conceito, finalidades e instrumentos da Política Econômica. Desemprego. Competitividade.		
Bibliografia básica		
CANO, Wilson. Introdução à economia: uma abordagem crítica . 3. ed. São Paulo: UNESP, 2012. NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao direito econômico . 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. Curso de análise econômica do direito . São Paulo: Atlas, 2020.		
Bibliografia complementar		
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. HUNT, E. K. História do pensamento econômico . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. MANKI, N. Gregory. Introdução à Economia . 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. SAMUELSON, Paul A., NORDHAUS, William D. Economia . Tradução de Elsa Fontainha. 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. VASCONCELLOS, M. A. S de; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
História do Direito	60h	04
Ementa		
História e Direito. O Direito dos povos sem escrita. As primeiras leis escritas e o Código de Hamurabi. O direito Hebraico. O Código de Manu. Grécia. Roma e o Direito Romano. A Europa Medieval. O islã. O Direito Inglês. Da monarquia absolutista ao iluminismo. As revoluções americana e francesa. O Direito Português. História do Direito no Brasil.		
Bibliografia básica		
LOPES, José Reinaldo de Lima. Curso de História do Direito . 2. ed. São Paulo: Método, 2009. NASCIMENTO, Walter Vieira. Lições de História do Direito . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de história do Direito . 4. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2007.		
Bibliografia complementar		
BITTAR, Eduardo; SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite (org.). História do Direito Brasileiro . São Paulo: Atlas, 2006. DAVID, René. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo . São Paulo: Martins Fontes, 2002. FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. A Cidade Antiga . São Paulo: Martin Claret, 2005. GAUER, Ruth Maria Chittó. A construção do Estado-nação no Brasil . Curitiba: Juruá, 2001. MOREIRA ALVES, José Carlos. Direito Romano . Rio de Janeiro: Forense, 2008.		

2º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Hermenêutica Jurídica	60h	04
Ementa		
Hermenêutica Filosófica e Hermenêutica Jurídica. Conceitos básicos na hermenêutica jurídica: interpretação, aplicação e integração. História da Hermenêutica Jurídica: As Escolas hermenêuticas. Os métodos de interpretação do direito e sua aplicação: gramatical, lógico-sistemático, histórico, evolutivo, teleológico e sociológico. Classificação da interpretação: natureza, origem e extensão. A lei e a questão temporal. Princípio da irretroatividade da lei. Ultratividade da lei. Antinomias: critérios e metacritérios para a solução do conflito entre regras. Classificação das antinomias. Procedimentos de integração do direito. O problema da completude do ordenamento jurídico na teoria do direito. Analogia, equidade e princípios gerais do direito. Introdução a elementos de hermenêutica constitucional.		
Bibliografia básica		
ÁVILA, HUMBERTO. Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos . São Paulo: Malheiros, 2013. LACOMBE, Margarida Maria Camargo. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do Direito . 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Curso de hermenêutica jurídica contemporânea: do positivismo clássico ao pós-positivismo jurídico . Curitiba: Juruá, 2014.		
Bibliografia complementar		
COELHO, Luiz Fernando. Lógica jurídica e interpretação das leis . Rio de Janeiro: Forense, 1981. GRONDIN, Jean. Introdução à hermenêutica filosófica . São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. IHERING, Rudolf Von. A finalidade do direito . Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979 (2v) KELSEN, Hans. Teoria pura do direito . 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito . 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Civil – Parte Geral	60h	04
Ementa		
A codificação civil na história. Relação jurídica de direito privado. Fontes. Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Pessoa natural e jurídica. Direitos da personalidade. Bens. Teoria do fato e do negócio jurídico. Teoria das invalidades e nulidades. Prescrição e decadência. Prova.		
Bibliografia básica		
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB (volume 1). 18. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2020. STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Parte Geral . Coleção Novo Curso de Direito Civil, volume 1. 22. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral: vol. 1 . 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral do direito civil (volume 1). 37. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraivajus, 2020. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 1: parte geral . 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. LÔBO, Paulo. Direito Civil: volume 1: parte geral . 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. SCHREIBER, Anderson; KONDER, Carlos Nelson (Coords.) Direito Civil Constitucional . São Paulo: Atlas, 2016. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: parte geral . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Sociologia Jurídica	60h	04
Ementa		
Sociologia: Direito, Justiça e Conflito. Relações sociais e relações jurídicas. Sociedade, Movimentos Sociais e Processos sociais. O processo de racionalização do Direito moderno e as conexões entre Direito e Sociedade. A normatividade social e jurídica e os ordenamentos jurídicos. Sociologia Jurídica no Brasil. A produção concreta da norma: as instituições jurídicas, os profissionais do Direitos e a sociedade em face da norma e das instituições.		
Bibliografia básica		
BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. FORACCHI Marialice Martins; MARTINS José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia . 2000. LOCHE, Adriana A. et al. Sociologia Jurídica: Estudos de sociologia, direito e sociedade . Porto Alegre: Síntese, 1999.		
Bibliografia complementar		
BELLO, Enzo. A Cidadania na luta dos movimentos sociais urbanos . Caxias do Sul: Educs, 2013. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões . 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais orgânicos e a organização da cultura . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. SABADELL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Filosofia Geral e Jurídica	60h	04
Ementa		
Objeto de estudo da Filosofia: Ontologia, Teoria do Conhecimento e Axiologia (Estética e Ética). O ato de filosofar sobre o Direito: As múltiplas abordagens do fenômeno jurídico. Direito e Moral. As ideias de justiça e o Direito Natural. O positivismo jurídico. Fenomenologia do Direito Contemporâneo.		
Bibliografia básica		
HASSEMER, Winfried. Introdução à Filosofia do Direito e à Teoria do Direito Contemporâneas . Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. HEIDEGGER, Martin. Introdução à Filosofia . São Paulo: Martins Fontes, 2009. KELSEN, Hans. A Ilusão da Justiça . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.		
Bibliografia complementar		
ADEODATO, João Maurício. Ética e Retórica: para uma teoria da dogmática jurídica . São Paulo: Saraiva, 2007. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação . São Paulo: Atlas, 2013. HART, H. L. A. Ensaio Sobre Teoria do Direito e Filosofia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. LATOURET, Bruno. A Fabricação do Direito . São Paulo: Editora da Unesp, 2019. MAIA, Mário S. F. Filosofia do Direito: uma análise humanista sobre o fenômeno jurídico atual . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Constitucional I	60h	04
Ementa		
Direito e Constituição. Constitucionalismo. Hermenêutica Constitucional. Poder Constituinte. Constituição: conceito e classificações. Constituição e Ordem Jurídica anterior. Normas Constitucionais e sua eficácia. Constituição Brasileira. Dos princípios fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Sociais e políticos.		
Bibliografia básica		
BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas . Rio de Janeiro: Renovar, 2012. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: Malheiros, 2012. SARLET, Ingo. A Eficácia dos Direitos Fundamentais . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.		
Bibliografia complementar		
ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais . São Paulo: Malheiros, 2009. BONAVIDES, Paulo. Do Estado liberal ao Estado social . Belo Horizonte: Del Rey, 1993. CATTONI, Marcelo. Contribuições para uma teoria crítica da Constituição . Belo Horizonte: Arraes Editora, 2017. LIZIERO, Leonam. Estado Federal no Brasil . O federalismo na Constituinte de 1987/1988 e a descentralização pela assimetria. Florianópolis: Editora Modara, 2018. SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho . Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.		



3º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito das Obrigações	60h	04
Ementa		
Obrigações: elementos e modalidades. Transmissão. Adimplemento e inadimplemento. Extinção.		
Bibliografia básica		
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil: obrigações . v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. FARIA, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: obrigações . v. 2. Salvador: Juspodvm, 2020. TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. Fundamentos do Direito Civil: obrigações . v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
CARVALHO NETO, Inácio de. Extinção indireta das obrigações . Curitiba: Juruá, 2017. MARINO, Francisco Paulo de C. Interpretação do negócio jurídico . São Paulo: Saraiva, 2012. MARTINS-COSTA, Judith; SILVA, Paula Costa e. Crise e perturbações no cumprimento da prestação . São Paulo: Quartier Latin, 2020. SIQUEIRA, Mariana Ribeiro. Adimplemento substancial . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. THEODORO JUNIOR, Humberto. A insolvência civil: execução por quantia certa contra devedor insolvente . Rio de Janeiro: Forense, 2009.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Penal I	60h	04
Ementa		
Conceito, objeto e funções do Direito Penal. A relação do Direito Penal com as demais ciências penais. História do Direito Penal. Orientação constitucional da ciência penal. Teoria da Lei Penal. Teoria geral do fato punível. Crítica da dogmática jurídico-penal.		
Bibliografia básica		
BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugênio. Direito Penal Brasileiro I . 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte geral . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: teoria do garantismo penal . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
Bibliografia complementar		
BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas . Tradução de Paulo M. Oliveira. São Paulo: Edipro, 2010. CARVALHO, Salo. Antimanual de Criminologia . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir . Rio de Janeiro: Vozes, 2005. ROXIN, Claus. Derecho Penal: parte general . Tomo I. Fundamentos. La estructura de la teoria del delito. Madrid: Civitas, 1997. WELZEL, Hans. Derecho Penal: parte general . Tradução para o espanhol de Carlos Balestra. Buenos Aires: Roque Depalma Editor, 1956.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Constitucional II	60h	04
Ementa		
Da organização dos poderes. A federação e organização do estado brasileiro. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Das funções essenciais à Justiça. Dos Tribunais de Contas. Sistema constitucional de crises. Ordem Econômica, Financeira e Social.		
Bibliografia básica		
BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo . São Paulo: Saraiva, 2020. MENDES, Gilmar Ferreira, COELHO, Inocêncio Mártires e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito constitucional . São Paulo: Saraiva, 2020. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Direito Constitucional . São Paulo: Saraiva, 2020.		
Bibliografia complementar		
BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro : exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012 CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito processual constitucional . Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de processo constitucional . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional . Salvador: Juspodivm, 2020. PEREIRA, Jane Gonçalves Pereira. Interpretação constitucional e direitos fundamentais . Rio de Janeiro: Renovar, 2006.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Teoria Geral do Processo	60h	04
Ementa		
Sociedade e sistema jurídico. Direito Substancial e Direito Processual. Ciência do Direito Processual. Princípios constitucionais do processo. Fontes do Direito Processual. A jurisdição. Espécies de jurisdição. Justiças da União. Justiça nos Estados. A magistratura. Competência. O Direito à prestação jurisdicional. Interesses difusos e coletivos. Classificação das ações. O processo. Processo de conhecimento, de execução e cautelar. Relação processual. Sujeitos do processo. Atos processuais. Procedimento. Nulidades processuais. Recursos. Coisa julgada.		
Bibliografia básica		
ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil . 12. ed. São Paulo: RT, 2009. Vol. 1. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal . 16 ed., São Paulo : Saraiva, 2009. CINTRA, Araújo <i>et al.</i> Teoria geral do processo . 25 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.		
Bibliografia complementar		
CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito Processual Civil . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil Comentado . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil: comentado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. THAMAY, Rennan Faria Krüger. Manual de Direito Processual Civil . São Paulo: Saraiva, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Metodologia da Pesquisa Jurídica	60h	04
Ementa		
A importância da pesquisa em Direito. Pesquisa Jurídica: projeto de pesquisa. Metodologia da Pesquisa: Pesquisa bibliográfica – fontes primárias e secundárias; Pesquisa de campo. Técnicas de Pesquisa para coleta de dados. Estrutura de Trabalhos Científicos: monografia, dissertação e tese.		
Bibliografia básica		
CARVALHO, Salo de. Como (não) se faz um trabalho de conclusão : provocações úteis para orientadores e estudantes de Direito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. MONEBHURRUN, Nitish. Manual de Metodologia Jurídica : técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (Coords.). Metodologia da Pesquisa em Direito : técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.		
Bibliografia complementar		
FERRARI, Alfonso Trujillo. Metodologia da pesquisa científica . São Paulo: McGraw-Hill, 1982. GUSTIN, Miracy B.; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica . 4. ed. Belo Horizonte: Del REy, 2015. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa : Planejamento e Execução de Pesquisas. São Paulo: Atlas, 2002. SALOMON, Délcio Vieira. A maravilhosa incerteza : ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo de pensar, pesquisar e criar. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.		

4º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito dos Contratos	60h	04
Ementa		
Contratos: conceitos, classificações e princípios jurídicos. Formação, execução e extinção dos contratos. Contratos em Espécie.		
Bibliografia básica		
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil : contratos. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. FARIA, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil : contratos. v. 4. Salvador: Juspodvm, 2020. TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula Grego. Fundamentos do Direito Civil : contratos. v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
COMIRAN, Giovana Cunha. Os Usos Comerciais : da Formação dos Tipos à Interpretação e Integração dos Contrato. São Paulo: Quartier Latin, 2019. ÉVERTON PONA (Org). Negócio Jurídico e Liberdades Individuais : Autonomia Privada e Situações Jurídicas Existenciais. Curitiba: Juruá, 2017. NASCIMENTO, Sérgio. Cessão de Contrato . São Paulo: Quartier Latin, 2019. NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Lacunas contratuais e interpretação . São Paulo: Quartier Latin, 2019. REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. Autonomia privada e a análise econômica do contrato . São Paulo: Almedina, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Penal II	60h	04
Ementa		
As modificações das penas na História. Os aspectos criminológicos da pena privativa de liberdade. Discursos legitimadores da pena e sua crítica. Noções de justiça restaurativa. Enfoque restaurativo da pena e o atendimento à vítima. Limitações ao Poder de punir do Estado. Tipos de pena no Direito brasileiro. Individualização da pena. Cumprimento da pena (contagem de pena, detração, remição, regimes de cumprimento, progressão, regressão, livramento condicional e extinção). Suspensão condicional do processo e da pena. Ação Penal. Causas extintivas da punibilidade.		
Bibliografia básica		
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal 1: parte geral: arts. 1º a 120. 24. ed. São Paulo: Saraivajus, 2020. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte geral v. 1. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. ESTEFAM, André. Direito Penal, volume 1: parte geral: arts. 1º a 120. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.		
Bibliografia complementar		
FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. GODOI, Rafael. Fluxos em Cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017. HULSMAN, Louk; CELLIS, Jacqueline Benat de. Penas Perdidas: o sistema penal em questão. Rio de Janeiro: Luan, 1993. PIERANGELLI, José Henrique e ZAFFARONI, Eugênio Raúl. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. SANTOS, Juarez Cirino dos. A moderna teoria do fato punível. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Internacional Público	60h	04
Ementa		
Surgimento do Direito Internacional Público. Sujeitos e atores na ordem internacional. Fontes. O relacionamento entre as ordens jurídicas internacional e doméstica. Meios de solução de controvérsias. Responsabilidade civil internacional. Sub-ramos do direito internacional público. Organizações Internacionais. Tribunais Internacionais. Condição Jurídica do Estrangeiro. A inserção do Brasil na ordem jurídica internacional.		
Bibliografia básica		
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 11. ed. São Paulo: Juspodivm, 2020. VARELLA, Marcelo Dias. Direito Internacional Público. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.		
Bibliografia complementar		
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. GUERRA, Sidney. Curso de Direito Internacional Público. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MIRANDA, Jorge. Curso de Direito Internacional Público: uma visão sistemática do direito internacional dos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense, 2009. REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Civil I	60h	04
Ementa		
Análise histórica do Processo Civil. Princípios do Direito Processual Civil. Teorias da Ação e Pressupostos Processuais. Das normas fundamentais aplicadas ao processo. Jurisdição e Tutela. Competência. Sujeitos do processo. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo.		
Bibliografia básica		
DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento . 22. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 1. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil . Volume único. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento e procedimento comum . 61. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, vol. 1.		
Bibliografia complementar		
CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito Processual Civil . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Código de Processo Civil Comentado . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil: comentado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. THAMAY, Rennan Faria Krüger. Manual de Direito Processual Civil . São Paulo: Saraiva, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Administrativo I	60h	04
Ementa		
História do Direito Administrativo. Princípios e regras gerais do Direito Administrativo. Prerrogativas administrativas. Ato administrativo. Poderes da Administração. Administração Pública Direta, Indireta. Entidades paraestatais, terceiro setor, novas configurações. Agentes públicos – servidores públicos. Improbidade administrativa.		
Bibliografia básica		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2020. MELO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Malheiros, 2019.		
Bibliografia complementar		
BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo e Constitucionalização . Rio de Janeiro: Renovar, 2013. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo . 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. MARINELLA, Fernanda. Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2020. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno . 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.		



5º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direitos das Coisas	60h	04
Ementa		
Introdução aos Direitos Reais. Posse. Propriedade. Direito de vizinhança. Direitos reais sobre coisas alheias. Alienação fiduciária em garantia.		
Bibliografia básica		
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil . Vol. 5: Reais. Salvador: Juspodivm, 2020. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil . Vol. 5: Direitos Reais. São Paulo: Saraiva, 2020. TARTUCE, Flávio. Direito Civil . Vol. 4: Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil . Vol 4 - Direito das Coisas e Direito Autoral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro . Vol. 4 - Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2020. GOMES, Orlando. Direitos Reais . Rio de Janeiro: Forense, 2020. TEPEDINO, Gustavo; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo; RENTERIA, Pablo. Fundamentos de Direito Civil . Vol. 5 - Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense, 2020. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Vol. 4 - Reais . São Paulo: Atlas, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direitos Penal III	60h	04
Ementa		
Crimes em espécie. Lei das Contravenções Penais. Dos crimes contra a pessoa: crimes contra a vida; lesões corporais; periclitamento da vida e da saúde; da rixa; crimes contra a honra; crimes contra a liberdade individual. Lei de Crimes Hediondos. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família.		
Bibliografia básica		
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal . Vol. 2, 3, 4 e 5 (Crimes contra a pessoa; Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; Crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública; Crimes contra a administração pública e crimes praticados por prefeitos). São Paulo: Saraiva Educação, 2019. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal . Vol. 2 e 3 (arts. 121 a 212; arts. 213 a 359-h). São Paulo: Saraivajus, 2019. ESTEFAM, André. Direito Penal . Vol. 2 e 3 (arts. 121 a 234-B; arts. 235 a 359-h). São Paulo: Saraiva Educação, 2020.		
Bibliografia complementar		
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal : parte especial (arts. 121 ao 361). Salvador: Juspodivm, 2020. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal : parte especial. vol. 2 e 3. Niterói: Impetus, 2020. MASSON, Cléber. Direito Penal . vol. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal : parte especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Atlas, 2019. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal . Vol. 2 e 3 (parte especial). Rio de Janeiro: Forense, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Civil II	60h	04
Ementa		
Petição inicial: conceitos, relevância e requisitos. Pedido: tipos e características. Tutelas provisórias de urgência e de evidência. Noções sobre audiências cíveis: modalidades e processamento. Respostas do réu: formas e pressupostos. A revelia: definição e consequências. Saneamento e organização do processo. Julgamento do processo: hipóteses e distinções. Aspectos fundamentais e tipos de provas cíveis. Sentença, coisa julgada e remessa necessária. Liquidação e cumprimento de sentença.		
Bibliografia básica		
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil . Volume único. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento . 22. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 1. DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória . 15. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 2.		
Bibliografia complementar		
BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil . 6. ed. São Paulo: Saraivajur, 2020. CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum . 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 2. NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de processo civil: comentado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento e procedimento comum . 61. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, vol. 1.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Administrativo II	60h	04
Ementa		
Contratos da Administração Pública. Licitação. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Controle da Administração.		
Bibliografia básica		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2020. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo . 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.		
Bibliografia complementar		
BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo e Constitucionalização . Rio de Janeiro: Renovar, 2013. FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo . –Rio de Janeiro: Fórum, 2016. MARINELLA, Fernanda. Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2020. MARQUES NETO, Floriano. Bens públicos: função social e exploração econômica – o regime jurídico das utilidades públicas . Belo Horizonte: Fórum, 2009. SALLES, José Carlos de Moraes. Desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência . 6. ed. São Paulo: RT, 2009.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Ambiental	60h	04
Ementa		
A crise ambiental e o desenvolvimento sustentável. Princípios ambientais. A proteção constitucional do meio ambiente. A política nacional do meio ambiente. Educação ambiental. Regulação protetiva da fauna. Código Florestal. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Política de recursos hídricos. Política de saneamento básico. Política de mudanças climáticas. Política de resíduos sólidos. Combate à poluição. Regulação sobre agrotóxicos. Meio ambiente urbano. Política de educação ambiental. A responsabilidade pelos danos ambientais. Processo judicial, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.		
Bibliografia básica		
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental . 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro . 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. MILLARÉ, Edis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco . 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2015.		
Bibliografia complementar		
DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fórum: 2011. LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LEITE, José Rubens Morato. AYALA, Patryck de Araújo. Direito Ambiental na Sociedade de Risco . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável . Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.		

6º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito de Família	60h	04
Ementa		
Introdução ao Direito de Família. Regime Jurídico do Casamento e da União Estável. Relações de Parentesco. Mediação e conciliação nos conflitos de família. Alimentos. Bem de Família. Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada.		
Bibliografia básica		
DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: direito de família . v. 6. São Paulo: Saraiva, 2020. TARTUCE, Flávio. Direito Civil . v. 5. Direito de Família . Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil: direito de família e sucessões . v. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: famílias . v. 6. Salvador: Juspodivm, 2020. MADALENO, Rolf. Manual de Direito de Família . Rio de Janeiro: Forense, 2020. TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Fundamentos de Direito Civil: Direito de Família . v. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2020. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: família . São Paulo: Atlas, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Penal IV	60h	04
Ementa		
Crimes em espécies e leis esparsas. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes previstos na Lei de Tóxicos. Crimes previstos no Código de Trânsito. Abuso de autoridade. Crimes contra a ordem tributária. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Crimes de tortura. Porte ilegal de arma. Lavagem de dinheiro.		
Bibliografia básica		
ANDREUCI, Ricardo Antonio. Legislação Penal Especial . 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, volume 4: legislação penal especial . 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Legislação Penal Especial Esquemático . 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.		
Bibliografia complementar		
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Econômico, volume 1 . São Paulo: Saraiva, 2016. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal Econômico, volume 2 . São Paulo: Saraiva, 2016. GIMENES, Eron Veríssimo; ALFERES, Priscila Bianchini de Assunção. Lei Maria da Penha Explicada: doutrina e prática: legislação complementar: atualizada com as alterações promovidas pela Lei n. 13.931, de 10 de dezembro de 2019 . 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Edipro, 2020. LIMA, Renato Brasileiro de. Nova Lei de Abuso de Autoridade . Salvador: Editora Juspodivm, 2020. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal . 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Civil III	60h	04
Ementa		
Tutela de conhecimento e executiva: diferenciações. Princípios da função executiva. Título Executivo. Processo de Execução: sujeitos, competência, requisitos, títulos executivos extrajudiciais, exigibilidade, responsabilidade patrimonial, espécies de execução. Execução de Alimentos, Execução contra a Fazenda Pública e Execução Fiscal. Embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução. Processo nos tribunais. Sistema recursal cível. Recursos: teoria geral e meios de impugnação das decisões judiciais.		
Bibliografia básica		
ASSIS, Araken de. Manual de execução . 19. ed. rev. atual. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. BRAGA, Paula Sarno, DIDIER JR., Fredie, OLIVEIRA, Rafael Alexandria de, CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil . 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 5. THEODORO JR., Humberto. Curso de Direito Processual Civil . 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, v. 2.		
Bibliografia complementar		
DIDIER JR., Fredie. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais . 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 3. MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Manual de Processo Civil . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil . 12. ed. reform. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. NERY JR. Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. THEODORO JR., Humberto. Processo de Execução e Cumprimento de Sentença . 30. ed. São Paulo: Forense, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Penal I	60h	04
Ementa		
Noções gerais e conceituais acerca do Direito Processual Penal. Interpretação e aplicação do Direito Processual Penal. Sistemas processuais. Princípios processuais penais. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Civil <i>ex delicto</i> . Jurisdição e competência. Questões e processos incidentais. Sujeitos do Processo Penal. Atos de comunicação processual. Prisões e outras medidas cautelares no processo penal.		
Bibliografia básica		
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal . 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Novo curso de direito processual penal . 15. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.		
Bibliografia complementar		
BOSCHI, José Antônio Paganella. Ação penal: as fases administrativa e judicial da persecução penal . Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. GOMES, Marcos Vinícius Manso Lopes; SILVA, Rachel Gonçalves; MAIA, Maurílio Casas. Coleção Defensoria Pública: ponto a ponto: direito processual penal . São Paulo: Saraiva, 2020. NUCCI, Guilherme De Souza. Código de processo penal comentado . 19. ed. São Paulo: Editora Forense, 2020. SILVA, Márcio Alberto Gomes. Inquérito policial: uma análise jurídica e prática da fase pré-processual . 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal . 2. ed. Natal: OWL Editora Jurídica, 2015.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Trabalho I	60h	04
Ementa		
Introdução ao Direito do Trabalho. Princípios. Contrato Individual de Trabalho. Sujeitos do Contrato: empregado e empregador e outros trabalhadores. Duração do Trabalho. Remuneração e salário. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. FGTS. Garantias de Emprego. Aviso Prévio. Extinção do Contrato de Trabalho.		
Bibliografia básica		
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho . São Paulo: Método, 2020. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . São Paulo: LTR, 2020. LUCIANO, Martinez. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2020.		
Bibliografia complementar		
DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Os Limites Constitucionais da Terceirização . São Paulo: LTr, 2014. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Reforma trabalhista . Salvador: Juspodivm, 2020. PALMA, João Augusto de; PALMA, Adriana Casale. Empresas & Trabalho na Lei da Liberdade Econômica: CLT e Código Civil . Salvador: Juspodvm, 2020. PORTO, Noêmia Aparecida Garcia. Geografia do trabalho e da cidade: estudo etnográfico das dimensões da cidadania a partir das narrativas sobre a Vila DNOCS . Tese (doutorado), Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2015. SOUTO MAIOR, Jorge Luiz, GNATA, Piatã Bassfeld. Trabalhos Marginais . São Paulo: Boitempo, 2014.		



7º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito das Sucessões	60h	04
Ementa		
Teoria Geral do Direito Sucessório. Aceitação e Renúncia. Indignidade e Deserdação. Herança Jacente e Vacante. Petição de Herança. Sucessão Legítima. Vocação Hereditária. Sucessão legítima e testamentária. Representação.		
Bibliografia básica		
FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Sucessões . Salvador: Editora JusPodivm, 2020. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Direito das Sucessões . São Paulo: Saraiva Educação, 2020. TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito das sucessões . Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. Direito das Sucessões . 4. ed. São Paulo: Atlas 2019. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões , vol. 6. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraivajur, 2020. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Sucessões . 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. TEPEDINO, Gustavo; NEVARES, Ana Luiza Maia; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Fundamentos do Direito Civil, volume 7: Direito das Sucessões . Rio de Janeiro: Forense, 2020. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direito das Sucessões . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Civil IV	60h	04
Ementa		
Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa previstos na legislação processual civil e extravagante.		
Bibliografia básica		
BERNARDINA DE PINHO, Humberto Dalla. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil . Vol. III. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2013. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil . Vol. 3. 53. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.		
Bibliografia complementar		
ALVIM, Carreira. Ações Possessórias: Reintegração de posse, manutenção de posse e interdito proibitório. Teoria e prática . 2. ed. Curitiba: Juruá, 2017. FARIAS, Cristiano Chaves de; DIDIER JUNIOR, Fredie. Procedimentos Especiais Cíveis: legislação extravagante . São Paulo: Saraiva, 2003. MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: Tutela dos Direitos Mediante Procedimentos Diferenciados . 5. ed., v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. MENDES, Gilmar Ferreira. MEIRELES, Helly Lopes; WALD, Arnoldo. Mandado de segurança e outras ações constitucionais . 37. ed. São Paulo, Malheiros, 2016. NERY JR. Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Penal II	60h	04
Ementa		
Teoria Geral da Prova. Provas em espécie. Decisões no processo penal e o dever de fundamentação. Morfologia dos procedimentos no processo penal. Nulidades no processo penal. Teoria geral dos recursos no processo penal e recursos em espécie. Meios autônomos de impugnação (Habeas Corpus, Revisão Criminal e Mandado de Segurança em matéria penal).		
Bibliografia básica		
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal . 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Novo curso de direito processual penal . 15. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.		
Bibliografia complementar		
BOSCHI, José Antônio Paganella. Ação penal: as fases administrativa e judicial da persecução penal . Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. GOMES, Marcos Vinícius Manso Lopes; SILVA, Rachel Gonçalves; MAIA, Maurílio Casas. Coleção Defensoria Pública: ponto a ponto: direito processual penal . São Paulo: Saraiva, 2020. NUCCI, Guilherme De Souza. Código de processo penal comentado . 19. ed. São Paulo: Editora Forense, 2020. SILVA, Márcio Alberto Gomes. Inquérito policial: uma análise jurídica e prática da fase pré-processual . 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. Curso de direito processual penal: teoria (constitucional) do processo penal . 2. ed. Natal: OWL Editora Jurídica, 2015.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Trabalho II	60h	04
Ementa		
Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho. Regime Jurídico da Organização Sindical brasileira. Negociação Coletiva. Solução de conflitos coletivos.		
Bibliografia básica		
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho . São Paulo: Método, 2020. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho . São Paulo: LTR, 2020. LUCIANO, Martinez. Curso de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2020.		
Bibliografia complementar		
BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direito Sindical . 8. ed. São Paulo: LTr, 2019. FREITAS, Cláudio. Direito Coletivo do Trabalho . Salvador: Juspodivm, 2019. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso De Direito Do Trabalho . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MASSONI, Túlio; COLUMBU, Francesca. Sindicatos e autonomia privada coletiva: perspectivas contemporâneas . São Paulo: Almedina, 2018. MELO, Raimundo Simão de. A greve no direito brasileiro . 4. ^a ed. São Paulo: LTr, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Empresarial I	60h	04
Ementa		
Aspectos inovadores da relação jurídica empresarial. Conceito, objeto e fontes do Direito Empresarial. Empresário. Princípios e atos do registro empresarial. Escrituração. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Dos direitos de propriedade industrial. Sociedade empresária. Sociedades em espécie. Companhia. Valores mobiliários: ações, debêntures, nota promissória.		
Bibliografia básica		
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial . V. 1 e 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. DINIZ, Gustavo Saad. Curso de Direito Comercial . São Paulo: Atlas, 2019. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.		
Bibliografia complementar		
BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário . São Paulo: Atlas, 2019. LEITE, Marcelo Lauar. Intervenção judicial em conflitos societários . Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2019. RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz (org). Comentários à Lei De Liberdade Econômica . São Paulo: RT, 2019. SALOMÃO, Luís Felipe. Lei De Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro . São Paulo: RT, 2020. SILVA FILHO, Emanuel Lima da. Contratos de Investimento em Startups: os riscos do investidor-anjo . São Paulo: Quartier Latin, 2020.		

8º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Responsabilidade Civil	30h	02
Ementa		
Conceito e evolução histórica. Pressupostos da Responsabilidade Civil: ação, dano material e dano moral, o dolo e a culpa. Efeitos da Responsabilidade Civil: reparação do dano, liquidação do dano. Efeitos do julgamento criminal sobre a ação cível. A responsabilidade contratual pelo inadimplemento da obrigação: inadimplemento voluntário; mora; perdas e danos; cláusula penal. Responsabilidade profissional. Responsabilidade civil do fornecedor. Responsabilidade civil nos contratos. Responsabilidade Extracontratual. Responsabilidade por abuso de direito. Responsabilidade civil do Estado.		
Bibliografia básica		
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil , vol. 4. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. SILVESTRE, Gilberto Fachetti. A Responsabilidade Civil pela Violação à Função Social do Contrato . São Paulo: Almedina, 2018. TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito das obrigações e responsabilidade civil . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil , vol. 7. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraivajur, 2020. KFOURI NETO, Miguel. Responsabilidade Civil dos Hospitais: Código Civil e Código de Defesa do Consumidor . 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson (Coords.). Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias . Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2020. PAESANI, Liliana Minardi. Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ROSENVALD, Nelson; MILAGRES, Marcelo. Responsabilidade Civil: novas tendências . 2. ed. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2018.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual do Trabalho	60h	04
Ementa		
Introdução, fontes, princípios, aplicação e eficácia do Direito Processual do Trabalho. Da Jurisdição e Competência trabalhista. O processo de conhecimento e seus respectivos procedimentos. Recursos no Processo do Trabalho. Execução no Processo do Trabalho. Dissídio Coletivo e outros procedimentos especiais.		
Bibliografia básica		
JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Q. Pessoa. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2020. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: SaraivaJur, 2020. SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: LTr, 2020.		
Bibliografia complementar		
ALMEIDA, André Luís Paes de. CLT e Súmulas do TST Comentadas . São Paulo: RIDEEL, 2020. CISNEIROS, Gustavo. Manual de Audiência e Prática Trabalhista . Rio de Janeiro: Editora Método, 2020. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: SaraivaJur, 2020. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2020. SANTOS, Enoque Ribeiro dos; HAJEL FILHO, Ricardo A. Bittar. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Empresarial II	60h	04
Ementa		
Títulos de crédito: conceito, teoria geral. Da constituição e exigibilidade do crédito cambiário. Títulos de crédito em sentido estrito. Títulos impróprios. Cambiais, cheque, duplicata. Endosso, aval, protesto e aceite. Protesto dos títulos de crédito. Contratos mercantis: formação, princípios e extinção. Compra e venda mercantil. Cartão de crédito. Faturização ou <i>factoring</i> . Alienação fiduciária. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>), franquia empresarial ou <i>franchising</i> . Representação comercial. Contratos bancários. Seguro. Títulos de Dívida Agrária. Falências e Concordatas		
Bibliografia básica		
ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito . São Paulo: Saraiva, 2018. MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito . São Paulo: Atlas, 2020. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de Empresa . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.		
Bibliografia complementar		
BIMBATO, José Mário. Lei cambial comentada . Barueri: Manole, 2012. BIMBATO, José Mário. Lei das duplicatas comentada . Barueri: Manole, 2015. BIMBATO, José Mário. Lei do cheque comentada . Barueri: Manole, 2014. RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de crédito . Rio de Janeiro: Forense, 2017. SOUZA NETO, João Baptista de Mello (coord.). Manual do protesto de letras e títulos . São Paulo: Quartier Latin, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Constitucional	30h	02
Ementa		
Controle de constitucionalidade: processo constitucional, modelos de controle de constitucionalidade. Controle concreto e abstrato. Controle de Constitucionalidade no Brasil. Ações de Controle de Constitucionalidade: ADI, ADC, ADI por Omissão, ADPF. Efeitos das decisões do controle abstrato de constitucionalidade. Métodos de interpretação constitucional. Controle de constitucionalidade incidental. Reclamação constitucional. Súmula vinculante. Controle de constitucionalidade estadual. Ações constitucionais: Habeas corpus, Mandado de segurança, Mandado de injunção, Habeas data, Ação popular.		
Bibliografia básica		
BARROSO, Luís Roberto. O controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2016. DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional . São Paulo: Atlas, 2016. MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional . São Paulo: Editora Saraiva, 2017.		
Bibliografia complementar		
BERCOVICI, Gilberto. Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo . São Paulo: Quartier Latin, 2008. DEL NEGRI, André. Controle de Constitucionalidade no Processo Legislativo . Belo Horizonte: Fórum, 2003. DIDIER Jr., Fredie (Coord.). Ações Constitucionais . 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2013. SARMENTO, Daniel (coord). Jurisdição Constitucional e Política . Rio de Janeiro: Forense, 2015. STRECK, Lenio. Jurisdição Constitucional . Rio de Janeiro: Forense, 2019.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Ética Profissional	30h	02
Ementa		
História das ideias éticas. Definição e objeto da Ética. Ética e Moral. Problemas éticos atuais. Normas éticas em vigor e mecanismo institucional de controle no campo jurídico profissional: Magistratura, Ministério Público e Advocacia. Sociologia da moral no campo jurídico profissional.		
Bibliografia básica		
BITTAR, Eduardo C. Curso de Ética: geral e profissional . 15. ed. São Paulo: Saraivajus, 2019. SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional . Atualização de René Armand Dentz Júnior. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019. VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.		
Bibliografia complementar		
COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 2016. COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica: ética das profissões jurídicas . Rio de Janeiro: Forense, 2013. MARCONDES, Danilo. Textos Básicos de Ética: de Platão a Foucault . Rio de Janeiro: Zahar, 2007. NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional . 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. SANDEL, Michael J. Justiça . Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Tributário	60h	04
Ementa		
Direito Tributário: Conceito, definição, objeto. Os aspectos econômicos da tributação: Fiscalidade e extrafiscalidade. O Poder de Tributar e a Competência Tributária. O Sistema Tributário Nacional. Definição de tributo e suas classificações. As espécies tributárias. Princípios constitucionais tributários e as Limitações ao Poder de Tributar. A relação jurídica Tributária. Obrigação jurídica tributária. Fato Gerador. Sujeito ativo. Sujeição passiva. Contribuinte. Responsável tributário. Domicílio Tributário. Crédito tributário. Lançamento Tributário. Suspensão da exigibilidade do Crédito tributário. A extinção do Crédito Tributário. A exclusão do Crédito Tributário. Legislação Tributária.		
Bibliografia básica		
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário . 30. ed. Saraiva: São Paulo, 2019. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo . 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.		
Bibliografia complementar		
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário . 14. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2020. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. BALEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel. Direito Tributário Brasileiro . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		

9º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Digital	60h	04
Ementa		
Introdução ao Direito Digital. Sociedade da informação e do conhecimento. Direito Fundamentais e Internet: liberdade de expressão, privacidade, acesso à informação e proteção de dados. Direitos Autorais no ambiente digital. Regulação da Internet e das Plataformas. Responsabilidade na Internet. Democracia e governança digital.		
Bibliografia básica		
CASTELLS, Manuel. A era da Informação: economia, sociedade e cultura . Vol. I – A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. LEMO, Ronaldo; LEITE, George Salomão (Coord.). Marco Civil da Internet . São Paulo: Atlas, 2014. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.		
Bibliografia complementar		
BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento . São Paulo: Forense, 2018. BRANCO, Sérgio. Memória e Esquecimento na Internet . Porto Alegre: Arquipélago, 2017. KELLER, Clara Iglesias. Regulação nacional de serviços de internet: exceção, legitimidade e o papel do Estado . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. LEONARDI, Marcel. Tutela e privacidade na internet . São Paulo: Saraiva, 2012. MAGRANI, Eduardo. Entre Dados e Robôs: Ética e Privacidade na Era da Hiperconectividade . Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2019.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Processual Tributário	60h	04
Ementa		
Administração tributária. Procedimentos Administrativos Fiscais. Procedimentos administrativos de exigência do Crédito Tributário. Procedimento de Constituição do Crédito Tributário. Lançamento Tributário. Fases do lançamento. Procedimentos administrativos de fiscalização das obrigações Tributárias. Procedimentos de Cobrança do Crédito Tributário. Procedimentos administrativos tributários de iniciativa do sujeito passivo. Processo Tributário Judicial. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Dívida ativa. Ações da Fazenda. 3.3.1) Ação de Execução Fiscal. Cautelar Fiscal. Defesas na Execução Fiscal. Embargos à Execução. Exceção de Pré-executividade. Ações do sujeito passivo no processo tributário judicial. O Contencioso Fiscal Administrativo.		
Bibliografia básica		
MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Manual de Direito Tributário . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2019. NUNES, Cleucio Santos. Curso completo de Direito Processual Tributário . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		
Bibliografia complementar		
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel. Direito Tributário Brasileiro . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário . São Paulo: Atlas, 2019. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Consumidor	60h	04
Ementa		
A Política Nacional de Proteção do Consumidor. Sujeitos da relação de consumo. Responsabilidade civil no direito do consumidor. Práticas comerciais. Proteção contratual. As novas tecnologias da informação e comunicação e o Direito do Consumidor. A tutela judicial e extrajudicial do consumidor. Órgãos de proteção.		
Bibliografia básica		
BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor . 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. NUNES, Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor . 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual , volume único. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.		
Bibliografia complementar		
BIONI, Bruno Ricardo. Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento . Rio de Janeiro: Forense, 2019. BLUM, Rita Peixoto Ferreira. O Direito à Privacidade e à Proteção dos Dados do Consumidor . São Paulo, Almedina, 2018. FILOMENO, José Geraldo Brito. Direitos do Consumidor . 15. ed. rev., atual. e ref. São Paulo: Atlas, 2014. GRINOVER, Ada Pellegrini. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto . 11. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo . 6. ed. São Paulo: Somos Educação, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito da Seguridade Social	60h	04
Ementa		
Seguridade Social e Constituição Federal de 1988. O sistema constitucional de saúde. Previdência Social. Assistência Social. Processo Previdenciário.		
Bibliografia básica		
AMADO, Frederico. Curso de Direito e Processo Previdenciário . 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário . 25. ed. Niterói: Impetus, 2020. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social . 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		
Bibliografia complementar		
AMADO, Frederico. Prática Previdenciária Administrativa na Agência do INSS e no CRPS . 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. AMADO, Frederico. Prática Previdenciária Processual nos Juizados Especiais Federais . 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. DE CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. Manual de direito previdenciário . 23. ed. São Paulo: Gen, 2020. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito Previdenciário . 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário . 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.		

10º. Período

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Meios Consensuais de Resolução de Conflitos	60h	04
Ementa		
Histórico dos meios consensuais de resolução de conflitos. Acesso à justiça. Teoria do Conflito. Meios autocompositivos de resolução de conflitos: Mediação e Conciliação. Mediação e conciliação extrajudiciais. Mediação e conciliação judiciais. Técnicas e práticas em mediação e conciliação. Arbitragem. Procedimento arbitral. Sentença arbitral. Arbitragem Internacional. Aplicação da mediação, conciliação e arbitragem nas esferas civil, administrativa, tributária, trabalhista, penal e empresarial.		
Bibliografia básica		
CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, resolução CNJ 125/2010 . 8. ed. rev. amp. atual. São Paulo: Revista dos tribunais, 2019. CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação . Brasília: Gazeta jurídica, 2015. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. Manual de Mediação e Arbitragem . São Paulo: Saraiva, 2019.		
Bibliografia complementar		
CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça . Porto Alegre: Editora Sérgio Antônio Fabris, 1998. MANCUSO, Rodolfo De Camargo. Acesso à justiça: condicionantes legítimas e ilegítimas . 2. ed. rev. atual. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. MEGNA, Bruno Lopes. Arbitragem e Administração Pública . Belo Horizonte: Fórum, 2019. SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. Acesso à Justiça: O direito fundamental em ambiente de recursos escassos . São Paulo: Almedina, 2020. SPENGLER, Fabiana Marion. Da Jurisdição à Mediação . 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direitos Humanos	60h	04
Ementa		
Resgate histórico da afirmação dos direitos humanos e referências teóricas do discurso dos direitos humanos. Perspectivas acerca dos direitos humanos: pensamentos tradicional e crítico. Conteúdo, dimensões e interdependência dos direitos humanos: direitos civis e políticos, direitos sociais, econômicos e culturais, direitos difusos e coletivos. Status jurídico e características dos direitos humanos na ordem jurídica internacional e no ordenamento nacional. Proteção internacional dos direitos humanos. Direitos humanos no Brasil: normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção dos direitos humanos.		
Bibliografia básica		
FLORES, Joaquin Herrera. Teoria Crítica dos direitos humanos : os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009 SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Direito como liberdade : o Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2011. TRINDADE, José Damião. História Social dos Direitos Humanos . São Paulo: Peirópolis, 2011.		
Bibliografia complementar		
DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos . Traduzido por Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009. GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. OLIVEIRA, Luciano. Do nunca mais ao eterno retorno : uma reflexão sobre a tortura. São Paulo: Brasiliense, 2009. TOSI, Giuseppe. História conceitual dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (org.). Direitos Humanos : história, teoria e prática. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.		



5.2.3.2 Disciplinas Optativas

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Administração e Empreendedorismo	60h	04
Ementa		
Origens e Conceito de empreendedorismo. O empreendedor como líder. A visão da oportunidade de negócios. Como transformar a visão em um negócio. Como começar um novo empreendimento. Causas da mortalidade de empresas. Tipos de Empreendedorismo: intra-empendedor, Empreendedor Privado, Empreendedor Social, Mulher Empreendedora, Criatividade, Iniciativa, Intuição e Mapa de Competência. Elaboração de plano de negócio.		
Bibliografia básica		
BARON, Robert A; SHANE, Scott A. Empreendedorismo : uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2007. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na Prática : mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
Bibliografia complementar		
BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de Empreendedorismo e Gestão : fundamentos, estratégias e dinâmicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. DEGEN, Ronald Jean. Empreendedor : empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. DORNELAS, José. Criação de Novos Negócios : empreendedorismo para o século XXI. 2. ed. São Paulo: Campus, 2014. HISRICH, Roberto D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: Bookman/ McGraw Hill, 2014. MARCOVITCH, Jacques. Pioneiros e Empreendedores : a saga do desenvolvimento no Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Análise Econômica do Direito	60h	04
Ementa		
Relações entre Direito e Economia. Introdução à Economia. Noções de Microeconomia. Epistemologia e Metodologia da Análise Econômica do Direito. Escolas da Análise Econômica do Direito. Análise econômica da propriedade. Análise econômica do contrato. Análise econômica da responsabilidade civil. Análise econômica do processo judicial. Análise econômica da política e da Constituição. Economia do crime.		
Bibliografia básica		
COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Direito & Economia . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. (Versão em Inglês disponível em: COOTER, Robert; ULEN, Thomas. Law & Economics . 6. ed. Boston: Pearson Addison-Wesley, 2012. Disponível em: http://www.econ.jku.at/t3/staff/winterebmer/teaching/law_economics/ss19/6th_edition.pdf . MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stephane. Análise Econômica do Direito . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. Curso de análise econômica do direito . São Paulo: Atlas, 2020.		
Bibliografia complementar		
PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, economia e mercados . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. SALAMA, Bruno Meyerhof (org.). Direito e economia: textos escolhidos . São Paulo: Saraiva, 2010. SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras Linhas de Direito Econômico . 6. ed. São Paulo: LTr, 2005. TIMM, Luciano (coord.). Direito e Economia no Brasil: estudos de caso sobre análise econômica do		



direito. 3. ed. Indaiatuba: Foco Jurídico, 2019.
 ZYLBERSZTAJN, Décio; STAJN, Rachel. **Direito & Economia**: análise econômica do direito e das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Criminalística	60h	04
Ementa		
<p>Noções gerais e conceituais sobre criminalística. Princípios das ciências forenses. Noções sobre a produção das provas periciais. Peritos e Peritas. Procedimentos e metodologias. Algumas das principais perícias em espécie.</p>		
Bibliografia básica		
<p>ROSA, Marcos Valls Feu. Perícia judicial: teoria e prática. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1999. TOCCHETTO, Domingos; ESPINDULA, Alberi. Criminalística: procedimentos e metodologias. 4. ed. São Paulo: Millenium, 2019. VELHO, Jesus Antônio; GEISER, Gustavo Caminoto; ESPINDULA, Alberi. Ciências forenses: uma introdução às principais áreas da criminalística. 3. ed. São Paulo: Millenium, 2017.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. FARIAS, André de et. al. Perícia ambiental criminal. 2. ed. São Paulo: Millenium, 2012. FARMER, Dan; VENEMA, Wietse. Perícia forense computacional: teoria e prática aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. PASSAGLI, Marcos; TOCCHETTO, Domingos. Toxicologia forense: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Millenium, 2009. TOCCHETTO, Domingos. Balística forense: aspectos técnicos e jurídicos. 10. ed. São Paulo: Millenium, 2019.</p>		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Criminologia	60h	04
Ementa		
<p>Objeto, métodos e função da Criminologia. História de criminologia. Posição da Criminologia entre as ciências penais integradas. Escolas criminológicas (clássica, positiva, sociológica, criminologia crítica e neopositivismo). Criminologias críticas. Pesquisas aplicadas à criminologia. Problemas contemporâneos da criminologia.</p>		
Bibliografia básica		
<p>ANITUA, Gabriel Ignacio. História dos Pensamentos Criminológicos. Coleção Pensamento Criminológico do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2008. BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. 3. ed. Coleção Pensamento Criminológico do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2002. BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2012.</p>		
Bibliografia complementar		
<p>BECKER, Howard. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. GODOI, Rafael. Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017. KIRCHHEIMER, Otto; RUSCHE, Georg. Punição e estrutura social. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 1999. WACQUANT, Löic. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.</p>		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Agrário	30h	02
Ementa		
Raízes históricas do Direitos Agrário, objeto e princípios. Institutos Jurídicos do Direito Agrário: imóveis agrários, módulo rural, módulo fiscal, definição legal de produtividade, terras devolutas, discriminação de terras, posse agrária, legitimação e regularização de posse, usucapião especial rural, contratos agrários típicos. Modelos produtivos no campo e Reforma Agrária; Legislação referente aos agrotóxicos. Política Agrícola. Demarcação de Terras Indígenas e Terras Quilombolas.		
Bibliografia básica		
FOLGADO, Cléber Adriano (org.). Direito e Agrotóxicos: reflexões críticas sobre o sistema normativo . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário brasileiro . 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015. SOUSA FILHO, Carlos Frederico Marés de. A função social da terra . Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.		
Bibliografia complementar		
CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa . São Paulo: Editora Gaia, 2010. MANIGLIA, Elisabete. As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. MOLINA, Mônica Castagna; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; TOURINHO NETO, Fernando da Costa. Introdução crítica ao Direito Agrário . Brasília: Ed. UnB, 2002. ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Domenico; BENATTI, José Heder; HABER, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de Direito Agroambiental . Belo Horizonte: Fórum, 2019. SOUSA FILHO, Carlos Frederico Marés de; BERGOLD, Raul César. Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios do século XXI . Curitiba: Letra da Lei, 2013.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Autoral	30h	02
Ementa		
Proteção à criação e à produção de bens culturais e obras intelectuais. Objeto do Direito Autoral e titularidade das obras. Transferência dos direitos autorais: cessão, licenças, concessão e contratos típicos e atípicos.		
Bibliografia básica		
BARBOSA, Denis Borges. Direito de Autor: questões fundamentais de direito de autor . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. NETTO, José Carlos Costa. Direito Autoral no Brasil . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. WACHOWICZ, M. Propriedade Intelectual do Software e Revolução da Tecnologia da Informação . Curitiba: Editora Juruá, 2004.		
Bibliografia complementar		
CARBONI, Guilherme. Direito Autoral e Autoria Colaborativa na Economia da Informação em Rede . São Paulo: Quartier Latin, 2010. FRAGOSO, João Henrique da Rocha. Direito Autoral: da antiguidade à internet . São Paulo: Quartier Latin, 2009. MEDEIROS, Heloísa Gomes. Software e Direitos de Propriedade Intelectual . Curitiba: GEDAI/UFPR, 2019. MONCAU, Luiz Fernando Marrey. Liberdade de Expressão e Direitos Autorais . Rio de Janeiro: Elsevier/FGV, 2015. WACHOWICZ, Marcos; PESSERL, Alexandre. Gestão Coletiva e Governança no Ambiente Virtual . Curitiba: GEDAI/UFPR, 2019.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Comunitário	30h	02
Ementa		
Histórico dos processos de integração. Fontes. Princípios e estrutura do Direito Comunitário. A soberania no contexto das comunidades supranacionais. A integração nas experiências continentais. União Europeia. Mercosul. Órgãos políticos e jurisdicionais.		
Bibliografia básica		
BADR, Eid. O Direito Comunitário e o Mercosul à luz da Constituição Federal brasileira . Petrópolis, RJ: KBR Editora Digital, 2010. MARTINS, Ana Maria Guerra. Manual de Direito da União Europeia . 2. ed. São Paulo: Almedina, 2017. QUADROS, Fausto de. Direito das Comunidades Europeias e Direito Internacional Público: contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário europeu . 2. ed. Coimbra: Almedina, 2018.		
Bibliografia complementar		
ACCIOLY, Elizabeth. Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional . 4. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010. GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. Direito Comunitário . 5. ed. Coimbra: Almedina, 2008. PAIS, Sofia Oliveira (Coord.). Princípios Fundamentais de Direito da União Europeia: uma abordagem jurisprudencial . 3. ed. Coimbra: Almedina, 2013. REIS, Jair Teixeira dos. Resumo de Direito Internacional & Comunitário . 5. ed. São Paulo: LTr, 2016. TOSTES, Ana Paula. União Europeia: resiliência e inovação política no mundo contemporâneo . Curitiba: Appris, 2017.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito da Concorrência	60h	04
Ementa		
Direito da Concorrência: fundamentos, modelos e funções. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Controle: estruturas e condutas.		
Bibliografia básica		
BAGNOLI, Vicente. Direito Econômico e Concorrencial . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. FORGIONI, Paula A. Os Fundamentos do Antitruste . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. MAZZUCATO, Paolo Zupo. Lei Antitruste Sistematizada . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.		
Bibliografia complementar		
FRANCESCHINI, José Inácio G.; BAGNOLI, Vicente. Direito Concorrencial . In: CARVALHOSA, Modesto (coord). Tratado de Direito Empresarial . v. 7. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. GABAN, Eduardo Molan; DOMINGUES, Juliana Oliveira. Direito Antitruste . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. GRAU, Eros. A Ordem Econômica na Constituição de 1988 . São Paulo: Malheiros, 2015. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Os Fundamentos Contra o Antitruste . Rio de Janeiro: Forense, 2014. TAUFICK, Roberto Domingos. Nova Lei Antitruste Brasileira: avaliação crítica, jurisprudência, doutrina e estudo comparado . Coimbra: Almedina, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito da Criança e do Adolescente	30h	02
Ementa		
A proteção da criança e do adolescente na ordem internacional. A constitucionalização da proteção da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípios fundamentais. Política de atendimento. Atos infracionais e medidas socioeducativas. Poder Judiciário e o Ministério Público na proteção da criança e do adolescente. Prevenção e proteção especial. Poder familiar. Adoção.		
Bibliografia básica		
ARAÚJO JÚNIOR, Gediél Claudino de. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019. MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes (revisão jurídica). Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos . 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. ZAPATER, Maíra. Direito da Criança e do Adolescente . São Paulo: Saraiva Educação, 2019.		
Bibliografia complementar		
DI MAURO, Renata Giovanoni. Procedimentos Cíveis no Estatuto da Criança e do Adolescente . 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Direitos Negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil . 2. ed. Brasília: UNICEF, 2006. ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/90 - comentado artigo por artigo . 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. TAVARES, José de Farias. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente . 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. ISHIDA, Válder Kenji. A Infração Administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito da Inovação	30h	02
Ementa		
Importância da inovação tecnológica para o desenvolvimento socioeconômico. Economia da inovação. A experiência brasileira de inovação. A previsão constitucional da política de inovação, ciência e tecnologia. Regulamentação infraconstitucional. A integração do Estado com o setor produtivo na política de inovação. Políticas setoriais específicas.		
Bibliografia básica		
ARAÚJO, Nizete Lacerda; GUERRA, Bráulio Madureira; LOBATO, Laura Camisassa R.; DOYLE, Maria de Lourdes Rosa. Marco Legal da Inovação: breves comentários . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado . Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. PORTELA, Bruno Monteiro; BARBOSA, Caio Márcio Melo; MURARO, Leopoldo Gomes; DUBEUX, Rafael. Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil . Salvador, Juspodivm, 2019.		
Bibliografia complementar		
BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo . Porto Alegre: Bookman, 2019. FERES, Marcos Vinícius Chein; CUCO, Pedro Henrique Oliveira; MOREIRA, João Vitor de Freitas. As origens do marco legal da biodiversidade: as políticas de acesso e remessa. Revista da Faculdade de Direito da UFG , vol. 42, n. 03, pp. 35-64, 2018. DOI: https://doi.org/10.5216/rfd.v42i3.49540 . Acesso em: 30 set. 2020. FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento . 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. SOARES, Fabiana de Menezes; PRETE, Esther Kùlkamp Eyng (Orgs.). Marco Regulatório em Ciência, Tecnologia e Inovação: texto e contexto da Lei n. 13.243/2016 . Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. TEIXEIRA, Tarcísio; LOPES, Alan Moreira; TAKADA, Thalles. Manual Jurídico da Inovação e das Startups . Salvador: Juspodivm, 2019.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito da Saúde	30h	02
Ementa		
Direito à saúde na Constituição Federal de 1988. Princípios do Direito à Saúde. Competências federativas no Direito à Saúde. Sistema Único de Saúde: princípios, estrutura e organização. Direito Sanitário. Agências de Regulação e Direito à Saúde. Judicialização da saúde e impactos no sistema protetivo.		
Bibliografia básica		
AITH, Fernando. Direito à Saúde e Democracia Sanitária . Porto Alegre: Quartier Latin, 2017. BRASIL. Direito Sanitário e Saúde Pública : coletânea de textos. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. DALLARI, Sueli Gandolf. AITH, Fernando. MAGGIO, Marcelo P. (orgs). Direito Sanitário : aspectos contemporâneos da tutela do direito à saúde. Juvevê/PR: Editora Juruá, 2019.		
Bibliografia complementar		
CEBES. Outros Olhares para a Reforma Sanitária. Revista Saúde em Debate , v. 43, n. 08, volume especial, 2019. Disponível em: http://cebes.org.br/publicacao/saude-em-debate-v-43-n-especial-8-outros-olhares-para-a-reforma-sanitaria-brasileira/ . Acesso em: 07 out. 2020. COSTA, Alexandre. SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. DELDUQUE, Maria Célia. OLIVEIRA, Mariana Siqueira de Carvalho. DALLARI, Sueli Gandolf. O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito à Saúde . Série Direito achado na Rua. Brasília: Editora da UnB, 2008. FERREIRA, Vanessa Rocha. Direito Fundamental à Saúde : uma análise do posicionamento do STF à luz do liberalismo de princípios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. OLIVEIRA, M.H.B. & PRUDENTE, W. Constituição Verde, a Saúde e Direitos Humanos. In: CONCEIÇÃO, Maria Collares Felipe da. 20 Anos da Constituição Federal : trajetória do direito ambiental. Rio de Janeiro: EMERJ, 2008. OLIVEIRA, M.H.B. & VASCONCELLOS, L.C.F. (org) Direito e Saúde : um campo em construção. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito das Águas	60h	04
Ementa		
Conceitos introdutórios do Direito das Águas. Direito Internacional das águas: noções gerais. Direito Humano à Água. Diferentes acepções em torno das águas: bem comum, bem público, bem econômico. Águas na Constituição de 1988. Código das Águas. A Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos. Gestão integrada das águas. Marco legal do Saneamento Básico. Conflitos por usos de água. Relações hidrossociais. Proteção ambiental associada às águas.		
Bibliografia básica		
CASTRO, J.E; HELLER, L.; MORAES, M.P. O direito à água como política pública na América Latina : uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, 2015 GRANZIERA, Maria Luíza Machado. Direito de Águas : disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2014. POMPEU, Cid Tomanik. Direito de Águas no Brasil . 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		
Bibliografia complementar		
BARBOSA, Erivaldo Moreira; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. Direito de Águas - Arranjo jurídico-institucional, política e gestão. Revista de Informação Legislativa . Brasília a. 49 n. 194 abr./jun. 2012. BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Instrumentos de gestão das águas . Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Centro de Estudos e Debates Estratégicos; relator Félix Mendonça Júnior; Maurício Boratto Viana, Alberto Pinheiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. LÓPEZ, Rocha, R.F. Enfoque Sociotécnico, Hidrossocial & Socionatural . Post Uiterweer, PARAGUAS, Justicia Hídrica, 2014. MACHADO, P. A. L. Recursos hídricos : Direito Brasileiro e Internacional. São Paulo: Malheiros, 2002. NEVES, Miguel S. Direito Internacional da Água e conflitualidade internacional : implicações do		



reconhecimento da água como direito humano. JURISMAT, Portimão, n.º 3, 2013, pp. 261-291.

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito das Marcas e Patentes	30h	02
Ementa		
Introdução à Propriedade Intelectual. Direitos Autorais x Propriedade Industrial. Regime jurídico das Marcas, Patentes de Invenção, Modelos de Utilidade, Desenho Industrial, Cultivares e Indicação Geográfica. Violações à Propriedade Industrial. Gestão da Propriedade Intelectual, Licenças, Contratos e Repressão à Concorrência Desleal.		
Bibliografia básica		
BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual . Tomos I e II. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: Propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes . 6. ed. São Paulo: Manole, 2018. WACHOWICZ, Marcos; MORENO, Guillermo Palao. Propriedade Intelectual: Inovação e Conhecimento . Curitiba: Juruá, 2010.		
Bibliografia complementar		
BRANCHER, Paulo M. Contratos de Licenciamento de Propriedade Industrial: Autonomia privada e ordem pública: autonomia privada e ordem pública . Rio de Janeiro: Editora Fórum, 2019. CÂMARA, Amanda. Fashion Law: proteção de propriedade intelectual na perspectiva do Direito Internacional . Curitiba: Brazil Publishing, 2020. LOCATELLI, Liliana. (Org). Indicações Geográficas. Desafios e Perspectivas nos 20 Anos da Lei de Propriedade Industrial . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. RAMOS, André Luiz Santa Cruz; GUTERRES, Thiago Martins. Lei de propriedade industrial comentada . Salvador: Juspodvm, 2016. VICENTE, Dário Moura. A Tutela Internacional da Propriedade Intelectual . 2. ed. Lisboa: Almedina, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Desportivo	30h	02
Ementa		
Fundamentos, fontes e princípios do Direito Desportivo. Direito Desportivo Internacional. Aspectos trabalhistas do Direito Desportivo. Vínculo desportivo. Direito Desportivo Empresarial. Regulação disciplinar do Direito Desportivo. Estatuto do Torcedor.		
Bibliografia básica		
BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. Direito Desportivo . Brasília: Alumnus, 2014. DA VEIGA, Maurício de Figueiredo. Manual de Direito do Trabalho Desportivo . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. REZENDE, José Ricardo. Tratado de Direito Desportivo . São Paulo: Editora All Print, 2016.		
Bibliografia complementar		
BERTOLO, José Gilmar; SILVA, Renie Serafim Ribeiro. Direito do Trabalho Desportivo: teoria, legislação e prática . Leme (SP), Editora JH Mizuno, 2020. COSTA, Luciana Lopes da; BARROS, Marcelo Jucá; GRAICHE, Ricardo; TRINDADE, Sandro Maurício de Abreu. Vade Mecum de Direito Desportivo 2018 . São Paulo: Quartier Latin, 2018. CRISAFULI, Felipe Augusto Loschi; DOS ANJOS, Leonardo Fernandes (Coords.). Direito Econômico Desportivo . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. DANI, Marcos Ulhoa. Transferências e Registros de Atletas Profissionais de Futebol: responsabilidades e direitos . 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. DA VEIGA, Maurício de Figueiredo Correa. Direito e Desporto . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Agronegócio	30h	02
Ementa		
Introdução ao Direito do Agronegócio. Intervenção do Estado na Economia: a questão agrícola. Políticas agrícolas. Crédito rural. Aspectos jurídicos e econômicos do comércio e das empresas agrícolas. Questões trabalhistas e o Agronegócio. Agronegócio, meio ambiente e saúde alimentar.		
Bibliografia básica		
BURANELLO, Renato. Manual do Direito do Agronegócio . 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. RIZZARDO, Arnaldo. Direito do Agronegócio . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. SOUZA, Lucas Monteiro de; RODRIGUES, Rafael Molinari (Coords). Direito do Agronegócio: teoria e prática . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.		
Bibliografia complementar		
FAVACHO, Frederico. Aspectos Internacionais do Direito do Agronegócio . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. O Agronegócio em face do Direito Ambiental Constitucional Brasileiro: as empresas rurais sustentáveis . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. MOURA, Rodrigo Sérgio Ferreira de. Regulação do agronegócio da fruticultura no Semiárido sob o prisma da teoria da Regulação Responsiva . 2019. 152 f., il. Tese (Doutorado em Direito). – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/35765 . Acesso em: 08 out. 2020. PERES, Tatiana Bonatti; FAVACHO, Frederico (Orgs.) Novos Temas de Direito do Agronegócio . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. TAMARINDO, Ubirajara Garcia Ferreira; PIGATTO, Gesssuir. Tributação no Agronegócio: uma análise geral dos principais tributos incidentes . 2. ed. Leme, SP: JH Mizuno, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Comércio Internacional	60h	04
Ementa		
Direito internacional econômico. Sistema Multilateral do Comércio. Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Organização Mundial do Comércio. Sistema de Solução de Controvérsias e análise de contenciosos comerciais. Defesa Comercial. Integração regional. Blocos econômicos.		
Bibliografia básica		
AMARAL JÚNIOR, Alberto do. A Solução de Controvérsias na OMC . São Paulo: Atlas, 2008. CAPUCIO, Camilla. Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo . Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012. CRETELLA NETO, José. Curso de Direito Internacional Econômico . São Paulo: Saraiva, 2012.		
Bibliografia complementar		
BAPTISTA, Luiz Olavo; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito Internacional Econômico . Vol II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. MELLO, Celso de Albuquerque. Direito Internacional Econômico . Rio de Janeiro: Renovar, 1993. MELLO, Celso de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público . Vol II. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004. MENEZES, Wagner. Direito Internacional na América Latina . Curitiba: Juruá, 2007. THORSTENSEN, Vera. Organização Mundial do Comércio: as Regras do Comércio Internacional e a Rodada do Milênio . 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Idoso	30h	02
Ementa		
O envelhecimento populacional como uma questão social. Os espaços de controle democrático e as políticas públicas para o idoso no Brasil. O idoso na sociedade contemporânea. Educação para os cuidados e atenção aos idosos.		
Bibliografia básica		
BRASIL. Política Nacional do Idoso . Lei nº 8.842/94. Brasília: Senado Federal, 1994. BRASIL. Estatuto do Idoso . Lei 10741/2003. Brasília, 2003. NERI, Anita Libresco. Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade . São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Edições SESC, 2007.		
Bibliografia complementar		
BARROS, Mirian Lins de. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, sobre memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 2007. BEAUVOIR, Simone. A Velhice: as Relações Com o Mundo . São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. CAMARGO, Ana Amélia. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. DEBERT, Guita Grin. A Reinvenção da Velhice . São Paulo: EDUSP, 1995. MINAYO, Cecília. Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria . 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito do Mercado Financeiro e de Capitais	30h	02
Ementa		
Introdução ao Direito do Mercado Financeiro e de Capitais. Tipos de mercados. Regime Jurídico das principais autoridades regulatórias no Brasil: CMN, BACEN e CVM. Princípios da regulação prudencial e Acordo da Basileia. Supervisão e fiscalização do BACEN e da CVM. Irregularidades, ilícitos administrativos e penais: responsabilidades das instituições e dos administradores.		
Bibliografia básica		
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. TOP - Direito do Mercado de Valores Mobiliários . 4. ed. Rio de Janeiro: CVM, 2019. (Livro de Distribuição Gratuita, disponível em https://www.investidor.gov.br/publicacao/LivrosCVM.html). EIZIRIK, Nelson; GAAL, Ariadna B.; PARENTE, Flávia; HENRIQUES, Marcus de Freitas. Mercado de Capitais: Regime Jurídico . 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2019. FORTUNA, Eduardo. Mercado financeiro: produtos e serviços . 22. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2020.		
Bibliografia complementar		
ARAÚJO, Danilo Borges dos Santos Gomes de (org.). Regulação brasileira do mercado de capitais . São Paulo: Saraiva Jur, 2015. MORAES E CASTRO, Leonardo Freitas de (coord.). Mercado financeiro e de capitais: regulação e tributação . São Paulo: Quartier Latin, 2015. SOUZA Júnior, Francisco Sátiro de (coord.). Mercado de capitais . Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2017. YAZBEK, Otávio. Regulação do mercado financeiro e de capitais . Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2007. VERZOLA, Antônio Carlos; VERZOLA, Maysa Abrahão Tavares. Mercados financeiro e de capitais: regulação e sanção administrativa . São Paulo: Quartier Latin, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito dos Povos Indígenas e Tradicionais	30h	02
Ementa		
Trajetória histórica da questão indígena no Brasil e na América-Latina. O Indigenismo. O paradigma da aculturação e assimilação. O movimento socioambientalista brasileiro. O desenvolvimento sustentável e os povos tradicionais. Etnodesenvolvimento. Territorialidade. Proteção jurídica aos povos indígenas e tradicionais no contexto internacional e doméstico. O paradigma da diversidade étnica e cultural. A mobilização política dos povos tradicionais na luta pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos. Pluralismo jurídico. Autodeterminação e protagonismo. Direito de Consulta.		
Bibliografia básica		
KAYSER, Hartmut-Emanuel. Os Direitos dos povos indígenas do Brasil – Desenvolvimento histórico e estágio atual. Tradução de: RURACK, Maria da Glória Lacerda; RURACK, Klaus-Peter. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2010. SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O renascer dos povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá Editora, 2008.		
Bibliografia complementar		
BARRETO, Helder Girão. Direitos Indígenas: vetores constitucionais. Curitiba: Juruá, 2011. LIMA, André. O direito para o Brasil socioambiental. Porto Alegre: Fabris. OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. SOUZA SANTOS, Boaventura de. (org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org.). Direitos dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil. Manaus: UFAM, 2010.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito e Bioética	60h	04
Ementa		
A Bioética enquanto ramo autônomo da ciência jurídica. Progresso tecnocientífico e Bioética. Pesquisas com seres humanos. Reprodução assistida. Utilização de embriões (natureza jurídica, doação, inseminação artificial, seleção de sexo e células tronco). Clonagem. Eutanásia e suicídio assistido. Aborto. Engenharia genética. Intervenções no genoma humano. Transgênicos. Ética médica e bioética. Doação de órgãos.		
Bibliografia básica		
MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. MARTINS, Leonardo; SCHLINK, Bernhard. Bioética à Luz da Liberdade Científica: estudo de caso baseado na decisão do STF sobre a constitucionalidade da Lei de Biossegurança e no direito comparado alemão. São Paulo: Atlas, 2014. MARTINS-COSTA, Judith; MÖLLER, Leticia Ludwig (Orgs.). Bioética e Responsabilidade. Rio de Janeiro: Forense, 2009.		
Bibliografia complementar		
BARBOZA, Heloísa Helena; LEAL, Lívia Teixeira; ALMEIDA, Vitor (Coords.). - Biodireito: tutela jurídica das dimensões da vida. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2021. DELFIN, Márcio Rodrigo. Noções Básicas de Bioética e Biodireito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Rircardo (Orgs.). Bioética e Direitos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2012. SCALQUETTE, Ana Cláudia S.; SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni (Coords.). DA SILVA, Anna Paula Soares; BERGSTEIN, Gilberto (Orgs.). Biotecnologia, Biodireito e Liberdades Individuais.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Econômico e Regulatório	60h	04
Ementa		
Estado, Economia e Direito Econômico. Fundamentos e Princípios da Ordem Econômica. Liberdade de iniciativa. Intervenção direta e indireta do Estado no domínio econômico.		
Bibliografia básica		
BINENBOJM, Gustavo <i>et. al.</i> Direito da regulação econômica: teoria e prática. Belo Horizonte: Fórum, 2020. FIGUEIREDO, Leonardo Viseu. Direito econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2019. NUSDEO, Fábio (coord.). A ordem econômica constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.		
Bibliografia complementar		
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Forense, 2013. CANOTILHO, J. J. <i>et al.</i> Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2018. DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Direito regulatório: temas polêmicos. Belo Horizonte: Fórum, 2017. MARTINS, Leonardo. Liberdade e Estado Constitucional. São Paulo: Atlas, 2012. RAND, Ayn. A revolta de Atlas. São Paulo: Arqueiro, 2017.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Eleitoral	60h	04
Ementa		
Panorama histórico do Direito Eleitoral. Fontes. Democracia (teoria e modelos). Representação política. Formas de mandato. Direitos Políticos. Sufrágio. Elegibilidades, inelegibilidades e incompatibilidades. Controle de legitimidade dos eleitores. Sistemas eleitorais. Modelos majoritário e proporcional. Modelo distrital. Justiça Eleitoral. Partidos políticos. Processo eleitoral. Propaganda eleitoral. Controle de legitimidade das eleições.		
Bibliografia básica		
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2020. MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Direito Eleitoral. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antônio da. Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.		
Bibliografia complementar		
BUCCI, Daniela. Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão: limites materiais. São Paulo: Almedina, 2018. FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coords.). PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). Tratado de Direito Eleitoral (coleção). Rio de Janeiro: Fórum, 2018. GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Direito Eleitoral. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. KIMURA, Alexandre Issa. Manual de Direito Eleitoral. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. PEREIRA, Erick Wilson. Direito Eleitoral: interpretação e aplicação das normas constitucionais-eleitorais. São Paulo: Saraiva, 2010.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Financeiro	60h	04
Ementa		
Introdução ao Direito Financeiro. Atividade Normativa. Despesas e receitas públicas. Orçamento. Crédito público. Execução Orçamentária. Controle da execução orçamentária. Políticas Públicas e Direito Financeiro.		
Bibliografia básica		
LEITE, Harisson. Manual de Direito Financeiro . 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2013. OLIVEIRA, Regis Fernandes. Curso de Direito Financeiro . 5. ed. São Paulo: Editora RT, 2014. TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário , v. V. O Orçamento na Constituição. 3. ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2008		
Bibliografia complementar		
AMARAL, Gustavo. Direito, Escassez e Escolha . Rio de Janeiro: Renovar, 2001. BALEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças . v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Forense. 1955. (Versão atualizada por Hugo de Brito Machado Segundo, 2014). BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas . São Paulo: Saraiva, 2006. OLIVEIRA, Marcos Cavalcante de. Moeda, Juros e Instituições Financeiras: Regime Jurídico . Rio de Janeiro: Forense, 2006. SILVA, José Afonso. Orçamento Programa no Brasil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Imobiliário	60h	04
Ementa		
Introdução ao Direito Imobiliário. Condomínios. Incorporações. Construção por administração e a preço de custo. Contratos Imobiliários. Propriedade: limitações gerais, especiais, legais e administrativas.		
Bibliografia básica		
AGHIARIAN, Hércules. Curso de Direito Imobiliário . 12. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antônio. Direito Imobiliário: teoria e prática . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. SOUZA, Sylvio Capanema de. A Lei do Inquilinato Comentada: artigo por artigo . 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
AZEVEDO, Fábio de Oliveira; MELO, Marco Aurélio Bezerra de. (Coords.). Direito Imobiliário: escritos em homenagem ao professor Ricardo Pereira Lira . São Paulo: Atlas, 2015. FARIA, Leidson. Manual Teórico e Prático no Direito Imobiliário . Leme (SP): Editora Anhanguera, 2017. PEIXOTO, Ulisses Vieira Moreira. Direito Imobiliário: doutrina e prática . 3. ed. rev. atual. e ampl. Leme (SP): Editora JH Mizuno, 2020. SANCHEZ, Júlio César. Direito Imobiliário de A a Z: teoria e prática . Leme (SP): Editora JH Mizuno, 2020. SANCHEZ, Júlio César. Manual de Prática de Direito Imobiliário . São Paulo: Quartier Latin, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Internacional Privado	60h	04
Ementa		
Conceito e fontes do Direito Internacional Privado. Direito de nacionalidade. Direito dos migrantes. Elementos de conexão. Aplicação da lei estrangeira por juiz nacional. Direito Internacional das Obrigações, das Coisas, de Família e das Sucessões. Contratos internacionais. Competências Jurisdicionais. Cooperação jurídica internacional.		
Bibliografia básica		
ARAÚJO, Nádía de. Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira . 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. Direito Internacional Privado . 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado . 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.		
Bibliografia complementar		
BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. RAMOS, André de Carvalho. Direito Internacional Privado . São Paulo: Saraiva, 2018. TIBÚRCIO, Carmen. Extensão e Limites da Jurisdição Brasileira: Competência Internacional e Imunidade de Jurisdição . 2. ed. São Paulo: JusPodivm, 2019.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Marítimo, Portuário e do Mar	60h	04
Ementa		
A regulação jurídica do ambiente marinho. A ordem jurídica internacional. Regulamentação doméstica. Responsabilidade civil e conflitos na seara marítima. Poluição. Exploração de recursos vivos e não vivos. Biodiversidade e conservação. Uso sustentável dos recursos marinhos vivos e não vivos. Instituições políticas e jurisdicionais domésticas e internacionais de tutela.		
Bibliografia básica		
MARTINS, Eliane Maria Octaviano. Curso de Direito Marítimo . Volume I (Teoria Geral). 4. ed. São Paulo: Manole, 2013. PORTO, Marcos; TEIXEIRA, Sérgio. Portos e Meio Ambiente . São Paulo: Aduaneiras, 2002. ZANELLA, Tiago V. Manual de Direito do Mar . Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.		
Bibliografia complementar		
AMARAL JÚNIOR, Alberto do; OLIVEIRA, Carina Costa de; MONT'ALVERNE, Tarin Cristino Frota. A implementação no Brasil da obrigação de conservar o meio ambiente marinho: algumas lacunas na preservação da biodiversidade marinha. <i>In</i> : MENEZES, W. (Org.). Direito do Mar: desafios e perspectivas . Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015, pp. 250-265. CICIN-SAIN, Bilianna; KNECHT, Robert W. Integrated Coastal and Ocean Management: concepts and practices . Washington, DC; Covelo, California: Island Press, 1998. FERNANDES, Lúcio Franco de Sá. O espaço marítimo brasileiro. <i>In</i> : CASTELLO, Jorge P; KRUG, Luiz C. (Orgs). Introdução às Ciências do Mar . Pelotas: Editora Textos, 2017, pp. 522-539. LOPES, Inez. O direito internacional privado e a responsabilidade civil extracontratual por danos ambientais causados por transportes marítimos à luz do direito brasileiro. Revista de Direito Internacional , vol. 12, n. 01, pp. 217-239, 2015. DOI: https://doi.org/10.5102/rdi.v12i1.3364 . Acesso em: 05 out. 2020. OLIVEIRA, Carina Costa de; GALINDO, George Rodrigo Bandeira; SILVA, Solange Teles; MONT'ALVERNE, Tarin Cristino Frota (Orgs.). Meio Ambiente Marinho e Direito: a gestão sustentável da investigação, da exploração e da exploração dos recursos marinhos na zona costeira, na plataforma continental e nos fundos marinhos . Volume II. Curitiba: Juruá, 2018.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Minerário	30h	02
Ementa		
Neoextrativismo no Brasil. Conflitos socioambientais e mineração. Mineração na Constituição de 1988. Código Minerário e sua regulamentação: noções gerais. Titularidade dos recursos minerais. Regimes de aproveitamento. Licença mineral: da autorização de pesquisa à portaria de lavra. Proteção ambiental e direitos coletivos na mineração. Descomissionamento, recuperação de áreas degradadas e responsabilidade por danos oriundos da mineração. Aspectos tributários da mineração.		
Bibliografia básica		
ATAÍDE, Pedro. Direito Minerário . 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. FEIGELSON, Bruno. Curso de Direito Minerário . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. THOME, Romeu (Org.). Mineração e Meio Ambiente: análise jurídica interdisciplinar . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.		
Bibliografia complementar		
BARROS, Juliana Neves. Legislação ambiental aplicada à mineração . Cruz das Almas, BA: UFRB 2017. GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs). Enfrentando os limites do crescimento . Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade (pp. 303-318). Rio de Janeiro: Garamond, 2012. MALERBA, Juliana (org.). Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral . Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2014. SION, Alexandre Oheb. Direito Minerário em foco . Belo Horizonte: DelRey Editora, 2020. ZAGALLO, Guilherme et al. Na Justiça: instrumentos de litígio e defesa de comunidades afetadas pela mineração . São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Justiça Global, 2015.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Notarial	30h	02
Ementa		
Objeto do Direito Notarial. Fontes. Natureza jurídica do Notariado. A regulamentação e a organização da atividade notarial. A função notarial. A fé pública. Atos notariais. Responsabilidade, infrações e fiscalização. A atividade notarial e os negócios jurídicos. Retificações, restaurações e suprimentos de registros. Registros Públicos. Registro civil das pessoas naturais e jurídicas. Registro de imóveis. Cartórios de títulos e documentos. Cartórios de protesto de títulos. A Lei Orgânica dos Notários e Registradores.		
Bibliografia básica		
FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. Tabelionato de Notas: vol. 1 - teoria geral do direito notarial e minutas . 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. Tabelionato de Notas: vol. 2 – atos notariais em espécie . 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. LOUREIRO, Luiz Guilherme. Manual de Direito Notarial: de atividade e dos documentos notariais . 4. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.		
Bibliografia complementar		
DIP, Ricardo (Coord.). Direito Registral e o Novo Código de Processo Civil . Rio de Janeiro: Forense, 2016. PAIVA, João Pedro Lamana. O procedimento de dúvida e a evolução dos sistemas registral e notarial no Século XXI . 4. ed. São Paulo: Saraivajur, 2012. PEDROSO, Regina. LAMANAUSKAS, Milton Fernando. Direito Notarial e Registral Atual . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. RINALDI, Celina Duarte; MARTINS, Dennis José; LIMA, Edsel Nusda de; ANDREAZZA, Gabriela Lucena (Coords.). Direito Notarial e Registros Públicos: na perspectiva da advocacia . São Paulo: Editora Letras Jurídicas, 2019. SOUZA, Eduardo Pacheco Ribeiro de. Noções Fundamentais de Direito Registral e Notarial . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direito Urbanístico	60h	04
Ementa		
O campo do direito urbanístico: princípios e diretrizes. A ordem constitucional brasileira e o direito urbanístico. Estatuto da cidade e interpretação da norma urbanística: plano diretor, plano dos instrumentos de política urbana, plano de gestão democrática da cidade. Eficácia jurídica e social da norma urbanística: competência, validade, hierarquia, vigência, finalidade, incidência e legitimidade. Direito à cidade e Função social da cidade: função social da posse e da propriedade pública e privada. Política de Mobilidade Urbana. Política de Saneamento Básico. Política de Habitação. Regularização Fundiária.		
Bibliografia básica		
CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. DALLARI, Adilson Abreu. Estatuto da Cidade . São Paulo: Max Limonad, 2002. FERNANDES, E. Direito Urbanístico . Belo Horizonte: Del Rey, 2003.		
Bibliografia complementar		
ALFONSIN, Betânia de Moraes. Direito Urbanístico . Belo Horizonte: Del Rey, 2006. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Moraes Ltda., 1991. ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro . São Paulo: Malheiros, 2006. VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a História do Planejamento Urbano No Brasil. In: O Processo de Urbanização no Brasil . Org. CSABA DEAK, Sueli Ramos Schiffer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Direitos Culturais	30h	02
Ementa		
Noções Gerais dos Conceitos de Cultura e de Direitos Culturais. Ordenação constitucional da cultura no Brasil. Tratamento jurídico-constitucional da cultura. Direitos culturais como direitos fundamentais. Princípios constitucionais culturais. Federalismo cultural, Sistema Nacional de Cultura e repartição de competências em matéria cultural. Papel do Estado frente aos Direitos Culturais: os diferentes modelos. Proteção, fomento e difusão da cultura. Proteção do patrimônio cultural: mecanismos e instrumentos administrativos, legislativos e judiciais. Proteção à criação e à produção cultural: direitos autorais como direitos culturais. Legislação federal de incentivo e fomento à cultura (PRONAC, Audiovisual e relações jurídico-trabalhistas no setor cultural).		
Bibliografia básica		
COSTA, Rodrigo Vieira; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Cultura e Direitos Culturais . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. CUNHA Filho, Francisco Humberto. Teoria dos Direitos Culturais: fundamentos e finalidades . São Paulo: Edições SESC-SP, 2018. SOUZA, Allan Rocha de. Direitos Culturais no Brasil . Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.		
Bibliografia complementar		
BARBALHO, Alexandre. Cultura e democracia . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. CESNIK, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à Cultura . 3. ed., rev., ampl. São Paulo: Manole, 2012. MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. Patrimônio cultural, democracia e federalismo: comunidade e poder público na seleção dos bens culturais . Belo Horizonte: Dialética, 2020. SILVA, José Afonso da. Ordenação Constitucional da Cultura . São Paulo: Malheiros, 2001. SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro . Belo Horizonte: Fórum, 2009.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Educação em Direitos Humanos	30h	02
Ementa		
Noções de direitos humanos. Cidadania e participação social. Movimentos sociais e práticas educativas. Experiências de educação em Direitos Humanos. Educação em direitos humanos e extensão universitária. Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos.		
Bibliografia básica		
CLAUDE, Richad P. ANDREPOULOS, George. Educação em Direitos Humanos para o século XXI . São Paulo: Editora Edusp, 2007. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar; ZENAIDE, Maria de Nazaré (orgs.). Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos . João Pessoa: Editora Universitária, 2007.		
Bibliografia complementar		
ADORNO, T.W. Educação e emancipação . 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. MELO NETO, José Francisco de. Universidade Popular . João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. RODINO, A.M.et al. (Org.). Cultura e Educação em Direitos Humanos na América Latina . João Pessoa: UFPB, 2014. ZENAIDE, M.N.T. Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB . João Pessoa: UFPB, 2010.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Epistemologia da Ciência	60h	04
Ementa		
Ciência, senso comum e saberes da tradição: distinções, aproximações e mitos. Discurso científico: corte epistemológico, sociologia do conhecimento, autocrítica e ideologia. Episteme e doxa: retórica, anti-intelectualismo e cientificismo. Ecologia dos saberes e pluralismo metodológico: contribuições e riscos. Teoria, realidade e construção do conhecimento. Limites cognitivos da compreensão humana. História das ideias e revoluções científicas. Filosofia do conhecimento e a questão da verdade.		
Bibliografia básica		
ALVES, Rubem. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras . São Paulo: Brasiliense, 1981. CHALMERS, Alan F. O que é Ciência afinal? 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
Bibliografia complementar		
DOOYEWEERD, Herman. No crepúsculo do pensamento ocidental: estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico . São Paulo, Hagnos, 2010. HABERMAS, Jürgen. Técnica e Ciência como “Ideologia” . Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987. HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 1999. MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 9. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. MOSER, Paul K., MULDER, Dwayne H, TROUT, J. D. A teoria do conhecimento: uma introdução temática . São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Execução Penal	60h	04
Ementa		
Conceito, objetivo e histórico das penas. Princípios reitores da execução penal. Aspectos materiais e processuais das penas e medidas de segurança. O procedimento da execução penal. Tensões entre disciplina e direitos fundamentais no cotidiano carcerário.		
Bibliografia básica		
CARVALHO, Salo de (org.). Crítica à execução penal . 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. MARCÃO, Renato. Curso de execução penal . São Paulo: Saraiva, 2012. PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. Teoria da Pena e Execução Penal: uma introdução crítica . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.		
Bibliografia complementar		
DAVIS, Ângela. Estarão as Prisões Obsoletas? 5. ed. São Paulo: Bertrand, 2018. GIORGI, Alessandro de. A Miséria Governada Através do SISTEMA penal . Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006. GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos . Tradução de Dante Moreira. São Paulo: Perspectiva, 1974. HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline. Penas Perdidas: o sistema penal em questão . Tradução de Maria Lúcia Karan. Niterói: Luam Editora, 1993. NILS, Christie. Limits do Pain . Nova Iorque: Columbia University Press, 1981.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
História do Constitucionalismo	30h	02
Ementa		
História e Constituição. A Constituição na Antiguidade. A Constituição Medieval. O conceito moderno de Constituição. A doutrina do constitucionalismo. Lei Fundamental e Constituição. Soberania. Separação dos Poderes. Poder Constituinte. Democracia, Estado e experiências constitucionais no cone sul.		
Bibliografia básica		
MOHNHAUPT, Heinz; GRIMM, Dieter. Constituição: História do conceito desde a Antiguidade até nossos dias . Belo Horizonte: Tempus, 2012. NEGRI, Antônio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. PAIXÃO, Cristiano; BIGLIAZZI, Renato. História constitucional inglesa e norte-americana: do surgimento à estabilização da forma constitucional . Brasília: FINATEC, UnB, 2011.		
Bibliografia complementar		
AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian Cristina Bernardo; MARONA, Marjorie Corrêa; DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. (Orgs.). O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos . Belo Horizonte: Autêntica, 2017. FIORAVANTI, Maurizio. Constitución: de la Antigüedad a nuestros días . Madrid: MinimaTrotta, 2011. GRIMM, Dieter. Constituição e Política . Belo Horizonte: DelRey, 2006. PILATTI, Adriano. A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. ZAGREBELSKY, Gustavo. Historia y Constitución . Madrid: Minima Trotta, 2011.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
História Política Brasileira	60h	04
Ementa		
As interpretações do Brasil: Colônia: miscigenação, estigmas e hierarquias sociais. A República Burguesa – 1889 – 1930. A formação econômica do Brasil. O coronelismo na política brasileira. A construção histórica do Estado no Brasil: o patrimonialismo, o mandonismo, o filhotismo, o personalismo.		
Bibliografia básica		
FRANÇA, Jean Marcel. A construção do Brasil . Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympo/Unesp, 2012. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil . 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 1994.		
Bibliografia complementar		
BOTELHO, André. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. Perspectivas , São Paulo: vol. 28, jul-dez 2005, pp. 07-15. BURSZTYN, Marcel. O país das alianças: Elite e continuísmo no Brasil . Rio de Janeiro: Vozes, 1990. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro . 6. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1984 (2 vol.) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo na Vida Política Brasileira e outros Ensaios . São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. SOUZA, Maria Tereza Sadek de. Análises sobre o Pensamento Social e Político brasileiro . BIB, n.12, p. 7-21, 1982.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Informática Jurídica	30h	02
Ementa		
Informática jurídica: do computador ao uso de inteligência artificial na tomada de decisão judicial.		
Bibliografia básica		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. ROVER, Aires José. Direito e Informática . Barueri: Manole, 2004. RUSSELL, Stuart e NORVIG, Peter. Inteligência artificial . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.		
Bibliografia complementar		
GARCIA, Dinio de Santis. Introdução à informática jurídica . São Paulo: EdUSP, 1976. LÉVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . São Paulo: Editora 34, 2010. LOSANO, Mario G. Lições de informática jurídica . São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1974. LUÑO, Antonio-Enrique Perez. Manual de informática y derecho . Barcelona: Editorial Ariel, 1996. ROVER, Aires José. Informática no direito: inteligência artificial: introdução aos sistemas especialistas legais . Curitiba: Juruá, 2001.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Juizados Especiais	30h	02
Ementa		
A jurisdição das pequenas causas no Brasil. A instituição dos Juizados Especiais. Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública. Juizados Especiais Estaduais e Federais. Procedimento jurisdicional simplificado nos Juizados Especiais. Recursos nos Juizados Especiais. Resolução consensual de conflitos nos Juizados Especiais.		
Bibliografia básica		
FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Juizados Especiais da Fazenda Pública: comentários à Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. ROCHA, Felipe Borring. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019. TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais: comentários à Lei n. 10.259, de 12-7-2001. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.		
Bibliografia complementar		
CHIMENTI, Ricardo Cunha. Juizados Especiais da Fazenda Pública: Lei n. 12.153/2009 comentada artigo por artigo. São Paulo: Saraiva, 2010. CHINI, Alexandre; FLEXA, Alexandre; COUTO, Ana Paula; ROCHA, Felipe Borring; COUTO, Marco. Juizados Especiais Cíveis e Criminais: Lei 9.099/1995 comentada. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. DEMERCIAN, Pedro Henrique; MALULY, Jorge Assaf. Teoria e Prática dos Juizados Especiais Criminais. Rio de Janeiro: Forense, 2008. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges de. Juizados Especiais Cíveis: comentários à legislação. Leme (SP): JH Mizuno, 2019. SILVA, Thiago de Moraes. Manual de Juizados Especiais Cíveis Estaduais. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Libras	60h	04
Ementa		
Conceito de Língua. Língua de Sinais e o surgimento no Brasil. Identidades e culturas surdas no Brasil. Educação de Surdos ontem e hoje. A gramática da Libras e suas interfaces com a língua portuguesa. Aplicabilidade da Libras em situações discursivas formais e informais.		
Bibliografia básica		
BAGGIO, M. A. Libras [livro eletrônico]. Maria Auxiliadora Casa Nova. Curitiba: Intersaberes, 2017. CHOE, D. <i>et. al.</i> ; M. C. da C. P. (Org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. QUADROS, R. M. de. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
Bibliografia complementar		
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2012. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. NOVO DEIT-LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. vol. 2. 2. ed. São Paulo: Editora EDUSP, 2012. Dicionário virtual de apoio: http://www.acesobrasil.org.br/libras Dicionário virtual de apoio: http://www.dicionariolibras.com.br/ DIAS, Rafael. Língua Brasileira de Sinais. Libras. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Lógica e Teoria da Argumentação	60h	04
Ementa		
O percurso de formação das teorias da argumentação jurídica contemporâneas. As releituras da retórica da Antiguidade Clássica pelos precursores das teorias da argumentação jurídica. Racionalidade e decisão judicial. O problema do conhecimento jurídico e da sua racionalidade.		
Bibliografia básica		
FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Direito, Retórica e Comunicação . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.		
MACCORMICK, Neil. Argumentação Jurídica e Teoria do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
PERELMAN, Chaïm. Lógica Jurídica: a nova retórica . São Paulo: Martins Fontes, 2000.		
Bibliografia complementar		
ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica . São Paulo: Landy, 2001.		
ARISTÓTELES. Retórica . Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1990.		
ATIENZA, Manuel. As razões do direito: teorias da argumentação jurídica . São Paulo: Landy, 2000.		
LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito . 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.		
VIEHWEG, Theodor. Tópica e jurisprudência . Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Medicina Legal	30h	02
Ementa		
A importância da Medicina Legal para os profissionais do Direito. Perícia médico-legal. Antropologia médico-legal. Traumatologia. Tanatologia. Sexologia. Parto, puerpério, infanticídio e aborto. Investigação de paternidade/maternidade.		
Bibliografia básica		
AVELAR, Luiz Eduardo de Toledo; BORDONI, Leonardo Santos; CASTRO, Marcelo Mari de. Atlas de Medicina Legal . Rio de Janeiro: MedBook, 2014.		
CROCE, Delton; CROCE JR., Delton. Manual de Medicina Legal . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.		
FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal . 11. ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.		
Bibliografia complementar		
FRANÇA, Genival Veloso de. Pareceres IV: esclarecimentos sobre questões de Medicina Legal e de Direito Médico . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.		
GRECO, Rogério; DOUGLAS, William. Medicina Legal: à luz do Direito Penal e do Direito Processual Penal . 14. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2019.		
HERCULES, Hygino de C. Medicina Legal: texto e atlas . 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2014.		
LUIZ, Wilson; FERREIRA, Palermo. Medicina Legal . 5. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2020.		
PEREIRA, Gerson Odilon; CAMPOS JÚNIOR, Marcos Roberto. Medicina Legal e Perícias Médicas . Moema: Sarvier Editora de Livros Médicos LTDA., 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Neurodireito	30h	02
Ementa		
Noções gerais e conceituais sobre neurociência. As interfaces e relações entre neurociência e direito. Neurodireito. Neurociência acerca da tomada de decisão judicial. Neurociência do comportamento para análise da responsabilidade penal.		
Bibliografia básica		
FERNANDEZ, Atahualpa; FERNANDEZ, Marly. Neuroética, direito e neurociência: conduta humana, liberdade e racionalidade Jurídica. Curitiba: Juruá Editora, 2007. KANDEL, Eric R et al. Princípios de neurociências . Porto Alegre: AMGH, 2014. LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.		
Bibliografia complementar		
DEMÉTRIO CRESPO, Eduardo; CALATAYUD, Manuel Maroto. Neurociencias y derecho penal: nuevas perspectivas en el ámbito de la culpabilidad y tratamiento jurídico-penal de la peligrosidad . Madrid: EDISOFER S. L., 2013. EDELMAN, Gerald M. Biologia da consciência: as raízes do pensamento . Lisboa: Instituto Piaget, 1995. GAZZANIGA, Michael S., IVRY, Richard B. e MANGUN, George R. Neurociência cognitiva: a biologia da mente . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. LENT, Roberto et. al. Neurociência da mente e do comportamento . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. NICOLELIS, Miguel. Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebro e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Políticas Públicas	60h	04
Ementa		
Direito, Estado, Governo e Políticas Públicas. Processos governamentais e arranjos jurídico-institucionais: os papéis do Executivo e do Legislativo: Planos, Programas, Projetos, Planos Plurianuais (PPA's), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO's), Leis Orçamentárias Anuais (LOA's). Métodos de Acompanhamento, Análise e Avaliação de Políticas Públicas. Órgãos de controle e controle judicial das políticas públicas. Políticas públicas setoriais.		
Bibliografia básica		
BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico . São Paulo: Saraiva, 2006. BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas . São Paulo: Saraiva, 2013. MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. A. (orgs.). A política pública como campo multidisciplinar . São Paulo: Editora Unesp/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.		
Bibliografia complementar		
BERCOVICI, G. Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988 . São Paulo: Malheiros, 2005. HOCHMAN, G.; ARRECTCHE, M.; MARQUES, E. Políticas Públicas no Brasil . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009. PINTO, E. G. Financiamento de Direitos Fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real . Belo Horizonte: O Lutador, 2010. PINTO, E. G.; SARLET, I. W; PEREIRA JUNIOR, J. T; OLIVEIRA, O. C. Política Pública e Controle: Um diálogo interdisciplinar em face da Lei 13.655/2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro . Belo Horizonte: Fórum, 2018. SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos . São Paulo: Cengage Learning, 2012.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Prática Jurídica Contratual	60h	04
Ementa		
Prática contratual simulada. Redação e aplicação de atos de formação, revisão e extinção de contratos civis e empresariais.		
Bibliografia básica		
FRANCO, Antônio Celso P; FRANCO, Celina Raposo do Amaral P. Prática de contratos e instrumentos particulares . 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. LUDMER, Eduardo. Prática contratual . v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no Direito Privado: critérios para a sua aplicação . São Paulo: Saraiva, 2018.		
Bibliografia complementar		
JUNQUEIRA, Gabriel José P. Manual de prática dos contratos . Leme: Imperium, 2020. MONTEIRO FILHO, Ralpho Waldo de Barros. Contratos Cíveis . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. ROSENVALD, Nelson. Cláusula Penal: a pena privada nas relações negociais . Indaiatuba: Foco, 2020. SCHREIBER, Anderson. Equilíbrio contratual e dever de renegociar . São Paulo: Saraiva, 2020. TIMM, Luciano Benetti. Direito Contratual Brasileiro: Críticas E Alternativas Ao Solidarismo Jurídico . São Paulo: Atlas, 2015.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Prática Jurídica Empresarial	60h	04
Ementa		
Direito Processual Empresarial: elementos e ações. Prática empresarial simulada. Redação e aplicação de atos constitutivos e operativos.		
Bibliografia básica		
GABRIEL, Sérgio. Prática empresarial . São Paulo: Saraiva, 2020. MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. Manual de redação de contratos sociais, estatutos e acordos de sócios . São Paulo: Atlas, 2019. YARSHELL, Flávio Luiz. Processo Societário III . São Paulo: Quartier Latin, 2018.		
Bibliografia complementar		
COX, Marcelo Dourado. Deadlock provisions: resolução contratual de conflitos societários . São Paulo: Almedina, 2017. FRANCO, João Roberto Ferreira. Manual de operações societárias . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. PEREIRA, Guilherme S. J. Enforcement e tutela indenizatória no direito societário e no mercado de capitais . São Paulo: Quartier Latin, 2018. REIS, Edgar Vidigal de A. Startups: análise de Estruturas Societárias e de Investimento no Brasil . São Paulo: Almedina, 2018. VIDO, Elisabete. Prática jurídica empresarial . São Paulo: Saraiva, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Psicologia Jurídica	60h	04
Ementa		
Noções gerais e conceituais sobre vertentes da Psicologia: Psicanálise (Freud), Behaviorismo (Pavlov, Skinner), Psicologia Sócio-Histórica (Vygotsky) e outras. Interfaces e relações da Psicologia com o Direito. Psicologia Jurídica: conceitos e abordagens. Avaliação e perícia psicológica. Psicologia do testemunho e da juíza ou juiz. Aspectos psicossociais da violência. Diversidade. Loucura e cidadania: a luta antimanicomial. Psicologia Jurídica e os Direitos Humanos.		
Bibliografia básica		
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria De Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. GAZZANIGA, Michael; HEARTHERTON, Tood; HALPERN, Diane. Ciência psicológica . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. TRINDADE, Jorge. Manual de psicologia jurídica: para operadores do direito . 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.		
Bibliografia complementar		
BAUM, William M. Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JR., Fernando. Psicologia social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação . 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011. MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais . Petrópolis: Editora Vozes, 2017. SILVEIRA, Nise Da. Jung: vida e obra . Rio de Janeiro: José Álvaro, 1971. VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 7. ed. São Paulo: Martins fontes, 2006.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Administrativo	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Administrativo.		
Bibliografia básica		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . São Paulo: Atlas, 2020. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . São Paulo: Malheiros, 2020.		
Bibliografia complementar		
BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do Direito Administrativo e Constitucionalização . Rio de Janeiro: Renovar, 2013. MARINELLA, Fernanda. Direito Administrativo . São Paulo: Saraiva, 2020. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo em evolução . São Paulo: Gazeta Jurídica, 2016. MARQUES NETO, Floriano. Bens públicos: função social e exploração econômica: o regime jurídico das utilidades públicas . Belo Horizonte: Fórum, 2009. SALLES, José Carlos de Moraes. Desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência . 6. ed. São Paulo: RT, 2009.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Ambiental	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Ambiental.		
Bibliografia básica		
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental . 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro . 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. MILLARÉ, Edis. Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco . 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2015.		
Bibliografia complementar		
DERANI, Cristiane. Direito Ambiental Econômico . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fórum: 2011. LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LEITE, José Rubens Morato. AYALA, Patryck de Araújo. Direito Ambiental na Sociedade de Risco . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável . Coleção Ideias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Civil	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Civil		
Bibliografia básica		
FARIA, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral . v. 1. Salvador: Juspodvm, 2020. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral . Vol. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. TARTUCE, Flávio. Direito Civil . Vol. 1 - Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro . Vol. 5 - Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2020. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual de Direito Civil . Volume único. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. MEDINA, José Miguel G. ARAÚJO, Fábio Caldas de. Código Civil Comentado . São Paulo: RT, 2020. PELUSO, Cesar (org.). Código Civil Comentado . Barueri: Manole, 2020. SCHREIBER, Anderson <i>et. al.</i> Código Civil comentado . Rio de Janeiro: Forense, 2020.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Constitucional	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Constitucional.		
Bibliografia básica		
ALEXY, Robert. Teoria da Argumentação Jurídica . Rio de Janeiro: Gen, 2019. NEVES, Marcelo. Entre Temis e Leviatã: uma relação difícil . São Paulo: Martins Fontes, 2012. OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Contribuições para uma teoria crítica da Constituição . Belo Horizonte: Arraes, 2017.		
Bibliografia complementar		
ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais . São Paulo: Malheiros, 2011. ALEXY, Robert. Conceito e validade do Direito . São Paulo: Martins Fontes, 2009. MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional . São Paulo: Saraiva, 2018. NEVES, Marcelo. Constitucionalização Simbólica . São Paulo: Martins Fontes, 2011. OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Constitucionalismo e história do Direito . Belo Horizonte: Conhecimento, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito da Energia	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito da Energia.		
Bibliografia básica		
BLANCHET, Luiz Alberto. Direito da Energia: Economia, Regulação e Sustentabilidade . Curitiba: Juruá, 2014. GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica . 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2018. PACHECO FIORILLO, Celso Antônio. FERREIRA, Renata Marques. Curso de Direito da Energia . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		
Bibliografia complementar		
BUCHEB, José Alberto. A Arbitragem Internacional da Indústria do Petróleo . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. CUSTÓDIO, Maraluce M. Energia e Direito: perspectivas para um diálogo de sustentabilidade . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. MENEZELLO, Maria D'Assunção Costa. Comentário à lei do Petróleo . São Paulo: Atlas, 2009. QUINTANS, Luiz Cezar P. Manual de Direito do Petróleo . São Paulo: Atlas, 2014. STEIN, Leandro Korzen. Direito Econômico da Energia . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito do Trabalho	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.		
Bibliografia básica		
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . São Paulo: LTR, 2020. FACCIOLI, Pedro Henrique Godinho; RAVENA, Paula Bueno. Direito do trabalho na jurisprudência do TST: análise de temas atuais e polêmicos . Salvador: Juspodivm, 2019. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: SaraivaJur, 2020.		
Bibliografia complementar		
COSTA, Marcelo Freire Sampaio. Dano Moral Coletivo nas relações laborais . São Paulo: LTr, 2020. DA VEIGA, Maurício de Figueiredo Corrêa. Manual de Direito do Trabalho Desportivo . São Paulo: LTr, 2020. FELICIANO, Guilherme G.; SARLET, Ingo W.; MARANHÃO, Ney; FENSTERSEIFER, Tiago. (Orgs.). Direito Ambiental do Trabalho . São Paulo: LTr, 2020. JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Q. Pessoa. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2020. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: SaraivaJur, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Empresarial	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Empresarial.		
Bibliografia básica		
BERGER, Renato. Temas complexos de direito empresarial . São Paulo: Quartier Latin, 2019. PRADO, Roberta Nioac (coord.). Empresas familiares e famílias empresárias . São Paulo: Quartier Latin, 2019. WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. Teoria geral da empresa. In: CARVALHOSA, Modesto (coord). Tratado de Direito Empresarial . v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.		
Bibliografia complementar		
ADAMEK, Marcelo Vieira von. Abuso de Minoria em Direito Societário . São Paulo: Malheiros, 2014. FERES, Marcelo Andrade. Estabelecimento Empresarial: trespasse e efeitos obrigacionais . São Paulo: Saraiva, 2017. GAUDÊNCIO, Samuel Carvalho; MCNAUGHTON, Charles William. Fusões e Aquisições . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis; FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e Sociedades de Pessoas . In: CARVALHOSA, Modesto (coord). Tratado de Direito Empresarial . v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe. Sociedade em Conta de Participação . São Paulo: Quartier Latin, 2019.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Penal	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Penal.		
Bibliografia básica		
LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil . São Paulo: Contexto, 2014. NUCCI, Guilherme de Souza. Organização Criminosa . 4. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo: do progresso ao retrocesso . 2. ed. São Paulo: Almedina, 2016.		
Bibliografia complementar		
KHALED JUNIOR, Salah H. Discurso de Ódio e Sistema Penal . 2. ed. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2018. MARCÃO, Renato. Crimes de Trânsito: anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 9.503, de 23-9-1997 . 6. ed. rev. ampl. e atual. de acordo com as Leis n. 13.281/2016 e 13.290/2016. São Paulo: Saraiva, 2017. NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Militar Comentado . 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019. SCHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia . 8. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. WERLE, Gerhard; ZIMMERMANN, Andreas (Eds.). The International Criminal Court in Turbulent Times . - International Criminal Justice Series, vol. 23. Berlin: Springer Asser Press, 2019.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Processual	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Processual.		
Bibliografia básica		
CAPRON, H.I; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. DIDIER JR., Fredie Didier, ZANETI JR., Hermes. Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo . 14. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, v. 4. MARINONI, Luiz Guilherme, SARLET, Ingo Wolfgang (Coords.). Processo constitucional . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.		
Bibliografia complementar		
ABREU, Rafael Sirangelo de. Incentivos processuais . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando os Padrões Decisórios a Sério . São Paulo: Atlas, 2018. LÉVY, Pierre; COSTA, Carlos Irineu. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . São Paulo: Editora 34, 2010. ROVER, Aires José. Direito e Informática . Barueri: Manole, 2004. RUSSELL, Stuart e NORVIG, Peter. Inteligência artificial . Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Tópicos Especiais em Direito Tributário	30h	02
Ementa		
Temas contemporâneos em Direito Tributário e Direito Processual Tributário.		
Bibliografia básica		
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário . 30. ed. Saraiva: São Paulo, 2019. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário . 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		
Bibliografia complementar		
AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro . 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. BALEEIRO, Aliomar; DERZI, Misabel. Direito Tributário Brasileiro . 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário . 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2019. HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário . São Paulo: Atlas, 2019. NUNES, Cleucio Santos. Curso completo de Direito Processual Tributário . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		



5.2.3.3 Disciplinas de Estágio Supervisionado

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Estágio Supervisionado I	60h	04
Ementa		
Atendimento jurídico cível inicial. Prática real e simulações. Resolução de problemas jurídicos no campo do Direito Civil. Construção de teses e petições jurídicas. Organização e comportamento ético-profissional na prática jurídica. Acompanhamento processual e elaboração de peças.		
Bibliografia básica		
ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil . 9. ed. 2020, vol. 2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento e procedimento comum . 61. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, vol. 2.		
Bibliografia complementar		
ARAÚJO JR, Gediel Claudino. Prática no Processo Civil . São Paulo: Atlas, 2020. BARROSO, Darlan, LETTIÈRE, Juliana Francisca. Prática no processo civil . 9. ed. São Paulo: Saraivajur, 2019. HARTMANN, Rodolfo Kronenberg, HARTMANN, Guilherme Kronenberg. Petições e prática cível . 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020. MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz, MITIDIERO, Daniel. Manual do processo de conhecimento . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. SALES, Fernando Augusto de Vita Borges de. Manual de Prática Processual Civil . Leme (SP): JH Mizuno, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Estágio Supervisionado II	60h	04
Ementa		
Atendimento jurídico cível avançado. Prática real e simulações. Resolução de problemas jurídicos no campo do Direito Civil. Construção de teses e petições jurídicas. Organização e comportamento ético-profissional na prática jurídica. Acompanhamento processual e elaboração de peças intermediárias e recursais.		
Bibliografia básica		
BRAGA, Paula Sarno, DIDIER JR., Fredie, OLIVEIRA, Rafael Alexandria de, CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil . 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 5. DIDIER JR., Fredie, CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil . 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2020, vol. 3. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento e procedimento comum . 61. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, vol. 3.		
Bibliografia complementar		
ABELHA, Marcelo. Manual de Direito Processual Civil . 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. ASSIS, Araken de. Manual da Execução . 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil . 10. ed. 2020, vol. 1. WAMBIER, Luiz Rodrigues, TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil . 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, vol. 4. WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil . 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, vol. 2.		



NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Estágio Supervisionado III	60h	04
Ementa		
Construção de raciocínios para acompanhamento de casos em matéria criminal. Prática de atendimento de pessoas com demandas penais. Sistemática da investigação policial e o peticionamento na fase pré processual. Atuação processual relativa a prisões e outras medidas cautelares. Formação válida do processo e elementos da resposta à acusação. Teoria da prova e acompanhamento da instrução processual. Alegações finais. Teoria das nulidades e prática de recursos em matéria penal. Meios autônomos de impugnação.		
Bibliografia básica		
LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. NOVAES, Felipe Vieites. BELLO, Rodrigo. Manual de Prática Penal . 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal . 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.		
Bibliografia complementar		
JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal . 11. ed. São Paulo: Editora Forense, 2007. LÉPORE, Paulo, CALIARI, Fábio, BRANCO, Nathan Castelo. Manuais das carreiras: manual do advogado criminalista . 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2019. MARQUES, Fernando; TASOKO, Marcelle; PAIVA, Rafael; CALDEIRA, Sandro. Prática forense: prática penal . 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal . 24. ed. São Paulo: Atlas, 2020. TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Novo curso de direito processual penal . 15 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.		

NOMENCLATURA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Estágio Supervisionado IV	60h	04
Ementa		
Atendimento jurídico trabalhista. Prática real e/ou simulações. Resolução de problemas jurídicos no campo do Direito Trabalhista. Construção de teses e petições jurídicas. Organização e comportamento ético-profissional na prática jurídica. Acompanhamento (processual e/ou consultivo) e elaboração de peças (reais ou simuladas).		
Bibliografia básica		
JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Q. Pessoa. Prática Jurídica Trabalhista . São Paulo: Atlas, 2019. ORSI, Renata; RALIN, Paulo; SABINO, Renato. Prática Trabalhista . São Paulo: SaraivaJur, 2020. (Prática Forense). PEREIRA, Leone. Prática Jurídica Trabalhista . São Paulo: SaraivaJur, 2020.		
Bibliografia complementar		
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho . 16. ed. São Paulo: LTR, 2017. JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Q. Pessoa. Direito Processual do Trabalho . São Paulo: Atlas, 2020. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: SaraivaJur, 2020. LUCIANO, Martinez. Curso de Direito do Trabalho . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho . São Paulo: LTr, 2020.		



6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS - NPJ

Por sua natureza constitutiva e legal, o Estágio Curricular Supervisionado é obrigatório e deverá proporcionar ao aluno a leitura e a compreensão da realidade, despertando-o para o compromisso com a transformação social.

Este movimento que compreende a apreensão do real e a busca de caminhos de superação e transformação, integra o estágio às atividades de pesquisa e de extensão, tendo como condição necessária a articulação com os conhecimentos e aptidões desenvolvidas no processo formativo (SILVA, 2005, p. 12).

O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado em 4 disciplinas de 60 horas cada, perfazendo o total de 240 horas, na própria instituição, no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ e em instituições de direito público ou privado, conveniadas.

Esse Núcleo deverá proporcionar aos estudantes uma vivência prática na aplicação dos conhecimentos estudados e o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Cabe a esse Núcleo, a sistematização de um serviço de assistência jurídica gratuita à população carente da região.

Não obstante várias atividades possam vir a integrar teoria e prática no desenvolvimento do Curso de Graduação em Direito da UFRSA, é, entretanto, o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório que tem o papel de oportunizar ao aluno a inserção nos espaços do exercício profissional.

Ressalte-se que o NPJ poderá ser utilizado também como campo de prática de projetos de pesquisa e extensão relacionados ao curso.

Neste sentido, o Colegiado do Curso deverá definir as normas para implantação e funcionamento de todas as atividades do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório e do Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ.



7. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Com a evolução dos discentes ao longo do curso, é natural que surjam oportunidades de estágios não obrigatórios em empresas privadas, escritórios de advocacia, órgãos públicos, organizações não governamentais, entre outras entidades. Esta é uma opção interessante para o aluno, para auferir uma ajuda financeira durante os estudos e obter maior conhecimento empírico advindo de experiências fora da Universidade.

Neste sentido, é plenamente possível que o discente possa participar deste tipo de estágio, recomendando-se que seja sempre oficializado através da intermediação da Universidade e seus órgãos competentes, de forma que o aluno tenha a garantia do cumprimento da legislação aplicável aos estágios não obrigatórios.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é mais um componente curricular obrigatório do curso de direito da UFERSA e, igualmente, imprescindível na articulação entre teoria e prática. Este possui caráter individual e deverá ser sistematizado e regulamentado pelo colegiado do curso.

Na matriz curricular, o TCC constará como uma atividade equivalente a 120 horas (08 créditos) com vínculo exclusivo entre os discentes e os respectivos orientadores (com admissão de coorientação). Em atendimento à regulamentação universitária (Resolução CONSEPE/UFERSA n. 003, de 22 de outubro de 2019, arts. 3º e 4º), o TCC deverá ser elaborado individualmente pelos discentes e poderá adotar a forma de uma monografia ou de um artigo científico.

O TCC será elaborado em duas disciplinas. Na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, o discente deverá efetivar a escolha do tema, do professor orientador, e elaborar o projeto de pesquisa. Por sua vez, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, o aluno deverá desenvolver o trabalho final e concluí-lo, defendendo-o perante banca examinadora.

Caberá ao Colegiado de Curso elaborar um Manual contendo detalhes específicos em relação à regulamentação do CONSEPE acerca dos vínculos de orientação, da elaboração dos trabalhos e dos procedimentos de defesa de TCC no âmbito do Curso de Graduação em Direito. Constará no manual,



obrigatoriamente, que os discentes deverão seguir as normas de formatação da ABNT e que as sessões de defesa serão públicas.

9. ATIVIDADES DE PESQUISA, EXTENSÃO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A exemplo do estágio e do TCC, as atividades complementares se constituem espaço de consolidação do eixo da formação prática, ou seja, momento de articulação e relação entre a teoria estudada e a prática.

Com base no princípio da flexibilização curricular, compõem as atividades complementares a participação dos alunos em atividades ou projetos de extensão ou de pesquisa, em congressos ou eventos similares de iniciação científica, visitas orientadas, assistência em audiências ou júri, participação em grupos comunitários, sindicatos, ou entidades afins, perfazendo o total de 280 horas.

A contabilização das horas em qualquer uma dessas atividades, para fins de integralização curricular, deverá ser apreciada pelo colegiado do curso, que emitirá normas sobre o assunto.

Deverá ser criado um Núcleo de Extensão e Pesquisa – NEP para sistematizar as ações e orientar os alunos na realização dessas atividades. O colegiado do curso emitirá orientação normativa, incentivando, na área da extensão, a prestação de um serviço de assistência jurídica itinerante nas comunidades rurais carentes, próximas à UFERSA. Na área da pesquisa, os discentes serão incentivados a enviar artigos para publicação na Revista Jurídica da UFERSA, para divulgação dos trabalhos de iniciação científica, das experiências de estágio, dos trabalhos produzidos como TCC e das atividades de pesquisa e de extensão.

Ainda como forma de incentivo à pesquisa e extensão, a UFERSA possui o Programa de Iniciação Científica Institucional – PICI, bolsas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, do CNPq, bolsas do programa PET, além de editais próprios para projetos de pesquisa e extensão, por meio de suas Pró-reitoras.



10. FORMAS DE INTERDISCIPLINARIDADE E DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Para atender os requisitos de formação geral e humanística do curso de graduação em Direito, requer-se um cenário que inclua novas bases teórico-metodológicas para sua organização curricular, para a metodologia de trabalho, para a relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem.

Estas novas bases não poderão advir da mera listagem de disciplinas tampouco de uma justaposição destas. Elas requerem, sem perder as especificidades e a profundidade que a disciplina pode fornecer, uma verve que seja capaz de imbricar os conteúdos de cada disciplina, emprestando-lhes fluidez, continuidade e organicidade, ao mesmo tempo em que viabilize a interação teoria-prática. Esta verve é a interdisciplinaridade.

Qualquer forma de realização da interdisciplinaridade deverá promover o inter-relacionamento entre os saberes produzidos nas Ciências do Direito, assim como entre professores e alunos, para o exercício do debate, da crítica, da criatividade e da socialização do conhecimento. Essa compreensão de interdisciplinaridade não pode prescindir da articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, como um compromisso ético-político, buscando reduzir a distância entre as universidades e a sociedade em geral, uma vez que a articulação e o inter-relacionamento entre os saberes são fundamentais para a interdisciplinaridade e para a integração entre teoria e prática.

Dentre as possibilidades de interdisciplinaridade no curso de Direito da UFERSA, destacam-se a articulação entre:

- a) Os conteúdos das próprias disciplinas e entre cada um dos eixos de Formação, a saber: o de Formação Fundamental, de Formação Profissional e de Formação Prática;
- b) Os conteúdos curriculares e a realidade social, com seus determinantes e desdobramentos decorrentes dos avanços da ciência e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- c) Os conhecimentos produzidos e as disciplinas oferecidas por outros cursos da UFERSA.
- d) As atividades complementares, traduzidas em: Participação dos alunos em grupos de estudos



ou de pesquisas sobre temas relacionadas ao direito; Participação dos alunos em atividades, projetos ou programas de extensão intencionalmente comprometidos com o conhecimento e a intervenção jurídica nas comunidades carentes da região; Participação dos alunos em eventos de iniciação científica; Participação dos discentes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da UFERSA (Bolsas CNPq) e PICI; Participação dos graduandos no Programa Institucional de Monitoria – PIM da UFERSA; Incentivos e ajuda de custos, a docentes e a discentes, para apresentação de trabalhos em eventos, regionais, nacionais e internacionais, relacionados com o campo do Direito; Estímulo, a docentes e a discentes, à participação e à apresentação de trabalhos em eventos locais.

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. DA EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Compreendida como uma atividade permanente, a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UFERSA deverá, nos primeiros anos do Curso, sistematizar um acompanhamento, passo a passo, de sua implantação, momento em que o Núcleo Docente Estruturante deverá assessorar o Colegiado e a Coordenação do Curso. Essa avaliação deverá inserir-se no processo de avaliação institucional desenvolvido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tanto no que diz respeito à auto-avaliação da Instituição, como na avaliação do Curso.

Nesse contexto, a avaliação do projeto pedagógico oferecerá subsídios para a tomada de decisões sobre os ajustes e a correção, em tempo hábil, das fragilidades identificadas durante a implantação do curso.

Esta avaliação deverá, portanto, cumprir:

- a) Função Pedagógica: para comprovar o cumprimento dos objetivos e das habilidades e competências do Curso;
- b) Função Diagnóstica: para identificar os progressos e as dificuldades dos professores e dos alunos durante o desenvolvimento do Curso;
- c) Função de controle: para introduzir, em tempo hábil, os ajustes e as correções necessárias à



melhoria do Curso.

Trata-se de um processo avaliativo de natureza preventiva e de caráter cumulativo, cabendo ao Colegiado do Curso a coordenação dessa atividade. De conformidade com a concepção de avaliação institucional do SINAES, na avaliação do projeto deverão ser utilizados procedimentos geradores de dados quantitativos e qualitativos, de forma a garantir uma análise global da execução do projeto e do desenvolvimento do Curso.

Assim, serão realizados dois tipos de seminários a cada final de semestre letivo: um destinado somente aos professores do Curso e outro envolvendo os professores e alunos.

Em cada um destes seminários serão gerados Relatórios Parciais para registro do processo e das propostas de melhoria do Curso e para a gradativa consolidação do Projeto Pedagógico, cujos detalhes deverão estar contemplados no Relatório Geral, no final da implantação do Projeto. Não será, pois, uma sistemática de avaliação aplicada em momentos esporádicos, mas, será um processo avaliativo sistemático, contínuo e global, no qual os professores e alunos farão uma auto-avaliação e discutirão, juntos, a experiência do Curso, identificando as potencialidades e fragilidades do mesmo.

Será importante também para este quesito os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFERSA.

11.2. DO PROCESSO DE ENSINO E DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Na avaliação da aprendizagem dos alunos devem ser destacados dois objetivos: auxiliar o graduando no seu desenvolvimento pessoal e responder à sociedade pela qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição.

Em primeiro lugar, esta avaliação responde à missão institucional, na medida em que a UFERSA, como instituição pública, deve cumprir mandato social de ministrar ensino superior visando o desenvolvimento do espírito político-científico e sócio-ambiental.

O processo avaliativo deverá proporcionar aos alunos a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, das condutas, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os



objetivos do Curso e o perfil do bacharel que se pretende formar. Com essa compreensão cabe ressaltar que o histórico escolar do aluno é, de certa forma, um testemunho social da qualidade da formação acadêmica que a IES oferece à sociedade.

Em segundo lugar, a avaliação da aprendizagem objetiva auxiliar o aluno a compreender o grau de amadurecimento em seu processo de formação, especialmente no que concerne ao desenvolvimento de competências e à apropriação dos conhecimentos significativos para atuação profissional. A avaliação se constitui, portanto, em um diagnóstico sobre a aprendizagem do aluno no processo de constituição de sua formação.

Nesse sentido, avaliação da aprendizagem diz respeito, também, ao professor e à Instituição, na medida em que está atrelada ao processo e às condições materiais de ensino.

Porquanto, a avaliação da aprendizagem não é uma questão apenas do aluno – o sujeito que aprende, mas, também do professor – o sujeito que ensina, em condições objetivas de trabalho.

Em consonância com a compreensão de que a avaliação da aprendizagem deve ser clara, transparente e coerente com os conteúdos estudados e com as competências e habilidades desenvolvidas, os procedimentos técnicos devem ser diversificados, comportando, assim, tanto os de natureza quantitativos como os qualitativos, em quaisquer momentos da execução das tarefas de uma disciplina ou do Curso.

A base da avaliação da aprendizagem do Curso Graduação em de Direito da UFERSA será, portanto, a possibilidade de abertura ao diálogo entre o aluno e o professor, em um processo interativo de humanização do ensino e obedecerá a Resolução específica, que regulamenta os procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem nos cursos de graduação da Instituição, onde o aproveitamento do aluno é mensurado através de avaliações, cujos resultados serão expressos em notas de 0 (zero) a 10 (dez) e será aprovado quando obtiver média ponderada, em cada disciplina, igual ou superior a 7,0 (sete). A assiduidade será mensurada através de frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista em cada disciplina/atividade curricular obrigatória, obtida pelo aluno.



12. INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA

Considerando a existência de condições físicas de ensino no Campus de Pau dos Ferros da UFERSA amplamente favoráveis, para a oferta do curso de Direito, com oferta de 40 vagas semestrais no período noturno, inclusive com a existência de salas de aula com capacidade média para 50 (cinquenta) alunos, equipadas com mobiliário e equipamentos multimídia, além de auditórios e laboratório de informática.

A aquisição de acervo bibliográfico especializado no campo das Ciências do Direito e dos conteúdos curriculares que abrangem os três eixos da formação deverá ser providenciado.

As bibliotecas da UFERSA compõem o SISBI, consistente num órgão suplementar vinculado à Reitoria e composto por quatro unidades, distribuídas nos Campi de Angicos/RN, Caraúbas/RN, Mossoró/RN (Biblioteca Orlando Teixeira) e Pau do Ferros/RN. As bibliotecas do SISBI são departamentalizadas de acordo com os padrões de bibliotecas universitárias, estão informatizadas de forma integrada e apresentam os mesmos serviços entre suas unidades.

O acervo geral do SISBI é constituído de livros impressos e virtuais, periódicos, TCC, Multimeios e Bases de Dados. O SISBI oferece acesso a livros digitais, por meio de Bibliotecas Virtuais, com mais de 8.000 títulos, devidamente tombados e disponibiliza aos docentes e discentes a Biblioteca Virtual Universitária 3.0, com mais de 2.800 livros, abrangendo mais de 40 áreas de conhecimento, cadastrados com acesso ininterrupto aos usuários (meio virtual), tornando-se um importante instrumento para a formação dos seus usuários. O SISBI garante acesso ao Portal de Periódicos da CAPES com acesso via IP e remoto CAFE e disponibiliza endereços que remetem a periódicos com acesso livre, conforme os diferentes cursos ofertados, além de intermediar o acesso ao Serviço de Comutação Bibliográfica. Frise-se que na área do Direito a UFERSA ainda coloca à disposição da comunidade a base de dados HeinOnline, que atualmente conta com mais de 1.400 títulos de periódicos especializados com textos atuais e retroativos, decisões da Suprema Corte dos EUA, acordos e tratados internacionais, fac-símiles de obras clássicas, entre outros. A consulta à esta base pode ser feita em qualquer computador dos Campi da UFERSA através da page do Sistema de Bibliotecas.



Por fim, observe-se ainda que o Campus de Pau dos Ferros possui um vasto terreno sem uso, que pode ser utilizado para construção do Núcleo de Práticas Jurídicas. Enquanto não se constrói esta unidade, pode ser alugado algum imóvel na cidade para o NPJ, como medida temporária, solução esta adotada pelo Curso de Direito da UFERSA em Mossoró, que ainda não possui sede própria (o projeto de construção da sede do NPJ da UFERSA já está em andamento).

13. AS AÇÕES DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE VISANDO A GARANTIA DOS DIREITOS DE MINORIAS E SUPORTE À PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

A Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social UFERSA foi instituída pela Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 05/2014, vinculada à Reitoria, e é constituída por uma equipe multidisciplinar e de representação intersetorial contemplando docentes, técnicos-administrados e estudantes, com o objetivo de contemplar um conjunto de ações voltadas para estudos e adoção de medidas de políticas afirmativas, diversidade e inclusão social, por meio de diversas ações articuladas para a garantia das condições de acessibilidade, na eliminação das barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, metodológicas, programáticas e atitudinais, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos, mobiliários e em materiais didáticos, que envolvam o acesso e permanência estudantil no ensino superior, em indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no contexto de democratização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade; privilegiando o ambiente educacional universitário e em diálogo com as comunidades, entendendo que a universidade é um espaço propício para o tratamento e reconhecimento da diversidade.

A CAADIS atua nas áreas de ações afirmativas, diversidade e inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência e/ou com necessidades específicas, diversidade, educação étnico-racial, gênero, quilombola, indígena, do campo, contribuindo para a construção de um ambiente inclusivo na educação superior em diálogo com as comunidades.

Os/as estudantes, professores/as e técnicos/as administrativos/as podem participar das ações promovidas pela CAADIS, que se direcionam para a inclusão social dos/as estudantes matriculados/as na graduação e pós-graduação, oriundos/as de escolas públicas, pretos/as, pardos/as, indígenas, de comunidades populares do campo e da cidade, bem como de estudantes com algum tipo de deficiência e ou necessidades específicas, que serão orientados/as e encaminhados/as para o devido atendimento por uma equipe multidisciplinar.



A CAADIS tem por finalidades (Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 005/2012, de 31/10/2012):

- realizar estudos e propostas para a implantação de programas e medidas de ações afirmativas e inclusão social para o acesso e permanência de estudantes na universidade;
- promover o amplo diálogo e debate sobre ações afirmativas com todos os segmentos universitários e comunidade, com vistas às formas de ampliação do acesso e a permanência bem sucedida de estudantes na universidade;
- propor mecanismos de monitoramento, acompanhamento e avaliação sistemática das medidas adotadas na universidade; bem como a criação de comissões, núcleos e comitê gestor de políticas afirmativas e inclusão social;
- desenvolver atividades educativas e ações para discussão de medidas de apoio à permanência de estudantes oriundos de escolas públicas na universidade;
- garantir as condições de acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações, nos diversos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos.

A existência da CAADIS no meio acadêmico proporcionará a garantia ao atendimento ao Estudante com Deficiências, limitações, superdotações e com Transtorno do Espectro Autista, prevendo o desenvolvimento de ações voltadas para o acesso, para a permanência e para qualidade do ensino oferecidos aos estudantes matriculados na Instituição e aos seus colaboradores, cumprindo desta forma com a integral proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Também possibilitará a garantia de que a infraestrutura da instituição esteja adequada para permitir a locomoção para pessoas com mobilidade reduzida, adaptação de sanitários, bebedouros e sinalização tátil e em braile compatível para pessoas com deficiência visual, de forma que o estudante, professores e demais funcionários tenham acesso a todos os espaços institucionais. Desta forma, pode se entender que a CAADIS é o principal responsável por promover ações de difusão dos Direitos Humanos, como processo acadêmico e que dissemina a necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.



14. COERÊNCIA DA ESTRUTURA CURRICULAR COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE DIREITO

O currículo do Curso de Direito do Campus Pau dos Ferros foi concebido em conformidade com as normas de funcionamento dos cursos de graduação, mais especificamente, com a Resolução CNE/CES nº 05/2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, em todos os aspectos.

Assim, podemos afirmar que o curso de Direito atende a legislação pertinente, uma vez que:

- A carga horária do curso é igual a 3.700h;
- Libras está sendo oferecida como disciplina optativa;
- O tempo mínimo de integralização é de 05 anos;
- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido nos artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CES nº 05/2018;
- O estágio supervisionado, com 240h, atende ao estabelecido no artigo 6º da Resolução CNE/CES nº 05/2018;
- As atividades complementares, com 280h, atendem ao artigo 8º da Resolução CNE/CES nº 05/2018;
- O Trabalho de Conclusão de Curso atende ao artigo 11 da DCN, e é executado sob orientação docente;

A UFERSA ainda estimula em suas ações a prática de pesquisa e extensão, por meio de editais regulamente publicados pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e de Extensão e Cultura – PROEC, no qual os professores submetem seus projetos, tendo como bolsistas os discentes do curso, cumprindo assim as exigências do inciso IX e do § 3º, do art. 2º., da Resolução CNE/CES nº 05/2018.



Em complemento, existe ainda na Instituição o Programa de Monitoria, que é uma ação institucional direcionada à melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação da UFERSA. Os objetivos do programa são: I – Contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação; II – Oportunizar o interesse do estudante pela docência; e III – Intensificar a cooperação entre os docentes e discentes, e respectivamente entre estes, nas atividades de ensino.

Desta maneira, o Curso de Direito do Campus Pau dos Ferros passará a contar com uma estrutura de excelência para os discentes, que poderão contar com fomentos institucionais para pesquisas, ensino e extensão, fortalecendo assim a experiência universitária, e capacitando o profissional não apenas com uma visão racional do direito, mas também com uma visão humanista da área de formação, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e solidária.



REFERÊNCIAS

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FRANÇA, Rosana Silva de. **A cidade média interiorizada: Pau dos Ferros no desenvolvimento regional**, *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 11, n. 23, 2015.

SILVA, Maria Lúcia Santos F. da. (Org.). **Estágio curricular contribuições para o redimensionamento de sua prática**. Coleção pedagógica 7. Natal: UFRN. Edufurn, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório PROGRAD sobre o SISU UFERSA para o curso de Direito (2015-2020) [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por direito@ufersa.edu.br em 06 fevereiro 2020.